



Quem ganhar menos do que 1 salário mínimo vai pagar mais por Previdência, segundo governo

O trabalhador, além de receber um salário de miséria – considerando que o mínimo no Brasil já é extremamente baixo – terá ainda que pagar uma previdência complementar para que tenha direito aos benefícios do INSS. A regra define que o trabalhador deverá pagar 8% sobre a diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo mensal. Com a reforma trabalhista e a criação do trabalho intermitente, o governo Temer acabou com a maior conquista do trabalhador nas últimas décadas: o salário mínimo nacional.

Página 5

Cabral e quadrilha levaram para cela camarão, salmão bacalhau e etc...

O Ministério Público do Rio de Janeiro apreendeu produtos de luxo e alimentos proibidos na galeria C, onde estão presos o ex-governador Sérgio Cabral, o presidente da Alerj, Jorge Picciani, o ex-secretário de Saúde Sérgio Côrtes, o empresário Jacob Barata Filho e outros integrantes da organização criminosa da qual participam. Além de alimentos caros, dentre os materiais, foram encontrados halteres e cordas para ginástica. Pág. 4

Toffoli paralisa votação no STF e dá sobrevida a privilégio de foro

Após a maioria dos ministros do STF (8 dos 11) já terem votado a favor da limitação do foro especial para autoridades, o ministro Dias Toffoli pediu vista do processo e adiou a decisão da Corte novamente. Antes de pedir vistas do processo, Dias Toffoli encontrou-se com Michel Temer, que tem interesse na permanência da prerrogativa de foro para proteger seus aliados no Congresso, investigados por corrupção e outros delitos. O ministro alegou que foi uma “coincidência” ter se encontrado com Temer na semana em que o Supremo voltaria a discutir o assunto. Página 3



Honduras: Oposição com Zelaya sai na frente nas eleições

O candidato opositor, Salvador Nasralla, saiu na dianteira no cômputo dos votos nas eleições presidenciais de domingo. A candidatura de Nasralla recebeu o apoio do ex-presidente Manuel Zelaya, cujo governo foi interrompido

por um golpe, em 2009, com envolvimento norte-americano. A época, o então presidente da Assembleia Geral da ONU, o nicaraguense Miguel D'Escoto, advertiu para esta intervenção e o perigo disso para os países latino-americanos. P. 6



Raquel Dodge pede a condenação de Gleisi por corrupção e lavagem

José Cruz - ABr



Ladrões querem dar aos banqueiros o sangue e o suor dos que trabalham

As Centrais Sindicais aprovaram a convocação de Greve Geral para o próximo dia 5 de dezembro contra o ataque às aposentadorias – a mal chamada “reforma da Previdência”. O governo quer a aposentadoria integral somente para quem tem no mínimo 65 anos (62 para as mulheres)

mais 40 anos de contribuição. Além disso, a aposentadoria proporcional seria diminuída em valor. As entidades denunciavam a mentira de que o ataque à Previdência iria “acabar com privilégios”, quando o objetivo é o de aumentar o privilégio do setor financeiro, desviando para ele o dinheiro da Previdência. Páginas 2 e 5

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) na sexta-feira a condenação da senadora Gleisi Hoffmann (PR), presidente nacional do PT, de seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, e do empresário Ernesto Kugler Rodrigues pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, além do pagamento de R\$ 4 milhões ao erário como reparação de danos morais e materiais. No mesmo dia, ela enviou parecer ao Supremo no qual pediu que o inquéri-



Agência Senado

STJ recebe pedido da PGR para investigar Alckmin por propina de 10,3 milhões da Odebrecht

A Procuradoria-Geral da República pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) abertura de um inquérito penal contra o governador Geraldo Alckmin (PSDB). Ele é acusado de receber recursos ilegais da Odebrecht nas eleições de 2010 e 2014. Executivos da empreiteira relataram que a Odebrecht repassou R\$ 10,3 milhões para as campanhas de Alckmin. P. 3



Para Dilma, expulsão de Kátia Abreu do PMDB é por ela ser progressista

Segundo a ex-presidenta, a decisão do partido foi uma “violência” contra a senadora e “é um jogo de cartas

marcadas” em que o partido “tenta perseguir os políticos sérios, honestos e progressistas” da legenda. Página 3

Arrecadação desaba 20,73% em outubro

A arrecadação de impostos do governo federal em outubro foi de R\$ 121,14 bilhões, o que representou uma queda real de 20,73% em relação ao mês de outubro do ano passado, segundo dados da Receita Federal, divulgados na sexta-feira (24). No acumulado do ano, o recuo é de 0,76%.

Entre janeiro e outubro, a arrecadação federal somou R\$ 1,089 trilhão, o pior desempenho para o período desde 2010.

Considerando apenas as receitas administradas pela Receita Federal, num total de 114,910 bilhões, o que significa a maior parte das receitas arrecadadas, o tombo foi de 23,56% e, no ano, a queda foi de menos 1,87%.

Em dez meses, com exceção de agosto e setembro, que registraram variação positiva fruto do aumento dos combustíveis (PIS/Cofins) e do Refis (dívidas renegociadas com a União), todos os outros meses do ano, registraram queda na comparação anual.

Empenhado no marketing enganoso de que eventuais soluções no fundo do poço representam uma “recuperação” da economia, o governo diz que não houve queda na arrecadação em outubro e sim avanço, já que a base de comparação com outubro do ano passado foi muito alta, porque incluiu os R\$ 45 bilhões que foram arrecadados com a repatriação. A mesma base que fez Temer vibrar com o “aumento” da arrecadação no ano passado.

Excluindo a repatriação, os “efeitos não recorrentes”, assim como o Refis e a elevação da PIS/Cofins sobre combustíveis, a alta seria de 4,2%, diz a Receita.

Governo piora proposta para Previdência, afirma deputado André Figueiredo

O deputado André Figueiredo (PDT-CE) afirmou que a proposta de Temer para desmontar a Previdência através da PEC 287 é “uma covardia” e que “o governo mente e engana o povo mais uma vez afirmando de maneira descarada que está diminuindo a multa de tempo a mais de contribuição que os trabalhadores têm que pagar para se aposentarem”. “Mentira”.

“A nova proposta [do governo] piorou o que já era terrível. Agora o Pedágio não é 50% nem tão pouco 30%. Agora são anos a mais, de forma indiscriminada. Uma covardia que não respeita a história de vida de cada um. A proposta estipula ainda idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, in-

cluindo trabalhadores do campo, da cidade, pescadores, professores e policiais”, afirmou o deputado.

Para o deputado, é preciso reforçar a mobilização contra a reforma da Previdência e intensificar a denúncia do “absurdo que ela representa”.

“Como resposta aos tempos de crise, defendemos uma auditoria das contas do governo, do suposto déficit na Previdência Social e da dívida pública brasileira”, destacou André Figueiredo.

São necessários pelo menos o voto de 308 deputados para a aprovação da matéria. Mesmo com a liberação de emendas e aceno de reforma ministerial, o governo encontra dificuldades na própria base para a aprovação da PEC.

Quadrilha vai vender Brasil na Alemanha

Uma comitiva do governo Temer, capitaneada por ninguém nada menos do que o Angra Moreira Franco, alçado a ministro para escapar da Lava Jato, embarca nesta quinta-feira para Frankfurt na Alemanha, em seminário para vender o Brasil aos especuladores estrangeiros.

Além de Franco, integram a comitiva Henrique Meirelles, da Fazenda; Moreira Franco, da Secretaria Geral; Maurício Quintella, dos Transportes; e Fernando Bezerra, de Minas e Energia.

Na bagagem, as estatais brasileiras como a BR Distribuidora, Eletrobrás, rodovias, ferrovias, etc.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Votar no achaque à Previdência é suicídio, diz “base” de Temer



País está parado devido à política econômica de Levy/Dilma/Meirelles/Temer



Parente anuncia que pretende entregar refinarias às “parceiras” estrangeiras

O preposto de Temer na Petrobrás, Pedro Parente, disse na segunda-feira (27), na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que pretende entregar parte da área de refino da estatal para multinacionais, chamada de “parceiras”, assim como foi feito na área de exploração e produção.

Com a política de privatização pelas beiradas, chamada de “desinvestimento”, já foram vendidos campos de petróleo, como Libra e Carcará no pré-sal, gasoduto, Líquigás, protocolada venda de 40% das ações da BR Distribuidora e chegou a vez das refinarias.

Agora, a Petrobrás

estuda a venda de participação em seis refinarias: Duque de Caxias (Reduc-RJ), Gabriel Passos (Regap-MG), Abreu e Lima (Rnest-PE), Landulpho Alves (Rlam-BA), Presidente Getúlio Vargas (Repar-PR) e Alberto Pasqualini (Refap-RS), segundo reportagem de O Globo. Juntas, essas unidades têm capacidade de refino de aproximadamente 1,235 milhão de barris/dia de petróleo, cerca de metade da capacidade total processamento, de 2,176 milhões de barris diários.

O refino de petróleo é o principal gargalo no setor de petróleo, com o país gastando milhões de

dólares em importação de combustíveis, ao mesmo tempo em que levou anos na construção da Abreu e Lima, se paralisou o Comperj e se cancelou a construção das refinarias Premium I, no Maranhão, e Premium II, no Ceará. Ou seja, o país vai continuar importando combustíveis das multinacionais.

A venda de fatias de refinarias faz parte do plano de desmonte da empresa, chamado eufemisticamente de “desinvestimento”, que prevê a entrega de US\$ 21 bilhões em ativos entre 2017 e 2018.

Atualmente, a Petrobrás detém 99% da produção de combustíveis, como gasolina e diesel.

Gasolina sobe de novo e ultrapassa 4 reais

A Petrobrás anunciou na segunda-feira (27) um novo aumento da gasolina nas refinarias após o valor médio nos postos brasileiros ter superado, pela primeira vez, os R\$ 4 na semana passada.

Desta vez, o aumento que deve ser repassado aos consumidores como os outros, será de 1,8%.

O recorde da semana passada – os preços praticados nos 27 estados brasileiros esteve, em média, R\$ 4,023 o litro, segundo

a Agência Nacional do Petróleo (ANP) – é resultado de um aumento nos preços diretos de 23,2% da gasolina nos últimos cinco meses. Neste interím, o diesel subiu 24% em média.

O abusivo reajuste dos preços nas bombas seguiu os sucessivos aumentos nas refinarias, promovidos por conta da “nova política de preços” instituída pelo presidente da estatal, Pedro Parente.

Parente afirmou que os

aumentos não são culpa da estatal e sim dos aumentos dos impostos promovidos por Michel Temer, nos quais ele assina embaixo.

“Não estou aqui para criticar o governo, na realidade se sabe que isso (o aumento) foi uma necessidade em função da crise fiscal que o país vive, mas em termos concretos, o grande impacto do aumento dos combustíveis é decorrência do aumento dos impostos”, disse em Brasília.

MPF apresenta a Moro planilha que destina R\$ 700 mil em obras para o Sítio de Atibaia

O Ministério Público Federal apresentou ao juiz Sérgio Moro, na segunda-feira (27), uma planilha que mostra movimentações financeiras do setor de propinas da Odebrecht, cujo destino seriam o pagamento de obras de um sítio em Atibaia, no interior paulista. A propriedade do imóvel é atribuída ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusado de receber propina por meio das reformas.

O documento foi entregue ao MPF por Emyr Diniz Costa Júnior, ex-fun-

cionário da empresa, que alegou ter retirado uma cópia no sistema sigiloso da empresa. A planilha aponta movimentações financeiras que totalizam R\$ 700 mil.

A planilha indica quatro repasses de dinheiro, que foram feitos entre os dias 16 e 30 de dezembro de 2010, no último ano do governo Lula. Os pagamentos foram de R\$ 300.000,00, R\$ 120.000,00, R\$ 197.900,00 e R\$ 2.100,00.

Segundo o MPF, uma cópia idêntica também foi encontrada nos discos

rigidos que contêm cópias de todos os dados armazenados no sistema Drousys e que foram apreendidas durante as investigações da Lava Jato.

O sítio em Atibaia é um dos alvos de investigações da Lava Jato, que apontaram indícios de que Lula seria o real proprietário do imóvel registrado em nome de outros dois empresários. A propriedade era usada com frequência pela família do ex-presidente que alega que os donos liberaram o acesso ao local, por amizade.

Objetivo dos “estudos” dos privatistas é vigarice para aprovar assalto aos direitos

Os trabalhadores convocam (ver página 5) greve geral para o dia cinco de dezembro, pois, no dia seguinte, o governo pretende votar o ataque à Previdência.

Nos últimos dias, os privatistas da Previdência, apresentaram vários “estudos” para “provar” que a população tem que aceitar – e, inclusive, aplaudir – quando é assaltada em seus direitos mais elementares.

Por exemplo:

A) Um patife que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda na gestão Palocci/Lula – e que hoje é intelectual do mercado financeiro (Deus!) – apresentou um “estudo” a deputados do PMDB, segundo o qual a despesa das Previdências estaduais e municipais vai superar a dívida pública nos próximos 75 anos.

Nem vamos perguntar como o autor do “estudo” sabe qual a despesa das Previdências estaduais e municipais nos próximos 75 anos, nem como ele sabe o que acontecerá com a dívida pública daqui a sete décadas e meia.

Porque o objetivo é apenas enganar incautos.

Mas essa vigarice foi manchete de um conhecido jornal paulistano.

2) Outro gênio calculou que, se os atuais aposentados tivessem sido submetidos às regras que o governo quer aprovar, “somente” 35% deles seriam prejudicados.

Vamos imaginar que isso é verdade. Seriam prejudicados 6 milhões e 500 mil aposentados.

O autor dessa bobagem acha, provavelmente, que 6,5 milhões de pessoas – e mais aqueles que dependem, de uma ou outra forma, deles – é pouca coisa.

Mas não é verdade que somente 35% dos aposentados seriam afetados. Porque, para começo de conversa, essa “reforma” de Meirelles e Temer tem o objetivo de abrir a porta para outras alterações (no limite, o fim da previdência pública). Permitir isso – para usar uma comparação publicável em um jornal de família – é como deixar a água de um dique fluir, sem obstáculo, por um buraco. A próxima coisa que vai acontecer é o desmoronamento do dique.

Mas esse fenomenal “estudo” mereceu chamada de capa de outro jornal paulistano.

3) O Ministério do Planejamento também fez um “estudo”, segundo o qual, se não houver a “reforma” da Previdência do Meirelles, a recessão “vai voltar”.

Muito interessante: o país está parado, sem que haja qualquer relação com a Previdência, mas devido à política econômica de Levy/Dilma e de Meirelles/Temer (que é a mesma).

Pelo contrário, as aposentadorias, que sustentam a economia de 64% dos municípios brasileiros – isto é, de 3.500 municípios – impediram que a crise, causada pela política econômica do governo, fosse mais devastadora. Sem elas, a economia teria entrado rapidamente em colapso, por falta de mercado interno no país.

Encerramos aqui nossa abordagem dos “estudos” dos ladrões da Previdência. Para mais, teríamos que ir ao infinito.

Entretanto, o que mostra essa profusão de contos do vigário sobre a Previdência, surgida após a escroqueria do Banco Mundial, recomendando que os aposentados sejam pagos abaixo do salário mínimo?

Significa que esses elementos não conseguiram convencer ninguém. Caso contrário, já teriam parado de inventar fraudes, quer dizer, “estudos”.

Rigorosamente, o problema de Meirelles, Temer, e da máfia

financeira, é que não existe no país quem seja a favor desse achaque à Previdência. Ninguém, pois a escória que, no governo ou na mídia, se esgoela contra os mínimos direitos previdenciários dos trabalhadores, não é alguém. Nem é alguém nem é do país, uma vez que tem, no lugar do cérebro, uma massa de modelar, formatada mais fora que dentro do Brasil. Eles ganham dinheiro com isso. Mas não são nada.

Não é um acaso que nem a “base” de Temer, com exceção dos mais idiotas, se disponha a aprovar esse estrupício.

Essa “base” sabe perfeitamente que, aprovar algo que todo mundo é contra, é o melhor caminho para não ser reeleito e perder o foro privilegiado. Para os que estão com a Lava Jato nos calcanhares, não será uma perspectiva agradável...

Porém, como é possível que seja certo ou necessário – como dizem Temer, Meirelles e outros bandidos – algo que todo mundo é contra?

Não é possível. Se fosse, as ditaduras fascistas seriam o sistema ideal de governo da humanidade.

Porém, há mais.

Na História do Brasil, a marca do canalha, há muito, é a pretensão de fazer uma “reforma da Previdência”, isto é, tirar direitos dos trabalhadores à aposentadoria.

Depois do sacrifício do homem que fundou a Previdência Social, Getúlio Vargas, o traidor Café Filho, aboletado na Presidência, pregou (?) uma “reforma da Previdência”.

Na época, na campanha eleitoral, Juscelino Kubitschek (PSD-PTB) defendia a Previdência, enquanto seu adversário, Juarez Távora (PDC-UDN), a atacava.

No dia cinco de julho de 1955, o réprobo Café Filho fez um discurso em que dizia que “a reforma dos Institutos e Caixas é hoje unanimemente [??] considerada como indispensável e urgente”, “é um ónus financeiro (...) que o Tesouro não está em condições de suportar”, “remontam às próprias origens da previdência os males que hoje correm o seu organismo (...) suscitando para os órgãos de previdência a ameaça de um estado de insolvência”.

O deprimente sujeito dizia que “a solução de todos esses problemas ou pelo menos a atenuação de seus efeitos” estava “no projeto de reforma geral do sistema”.

A culpa da situação da Previdência não era o fato do governo de Café Filho – que tinha uma múmia entreguista no Ministério da Fazenda, Eugênio Gudin – ter deixado de entrar com sua parte no financiamento do sistema, tal como determinavam as leis da época.

Segundo Café (o animal, não o vegetal, como disse Juscelino), a culpa era do aumento do salário mínimo, assinado por Getúlio, por proposta de Jango, 10 meses antes. Dizia Café que aumentar o salário mínimo era “modalidade artificial e ilusória de elevar a receita dos que trabalham”.

Por fim, dizia ele que a legislação trabalhista e previdenciária “de nada serve (...) enquanto no Brasil não prevalecer em todas as classes a consciência dos deveres”.

Café Filho (assim como Pierre Laval, fuzilado em 1945 por colaborar com os nazistas durante a ocupação da França) iniciara sua vida política como advogado de sindicatos de trabalhadores.

Terminou sendo o primeiro presidente a levar um impeachment pelas ventas.

Quanto à Previdência, prosperou muito, depois que Juscelino ganhou as eleições, sem que fosse preciso cortar ou impedir uma só aposentadoria.

Isso foi há mais de 60 anos.

CARLOS LOPES



Vereador deverá se filiar ao PPL Pré-candidato ao governo do Rio, neto de Brizola defende educação integral

O vereador carioca Leonel Brizola Neto deverá se filiar ao Partido Pátria Livre (PPL) para disputar a eleição ao governo do Estado do Rio de Janeiro, segundo informa a edição online do jornal Última Hora. A intenção, segundo o jornal, é lançar candidatura ao governo e reviver a plataforma política de seu avô, o ex-governador Leonel Brizola, com foco na necessidade de implementar a educação de tempo integral para todo ensino básico.

Sem espaço no PSOL, Leonel Brizola Neto abriu discussões com integrantes do Partido Pátria Livre, que conta com vários outros dissidentes do PDT, inclusive ex-secretários de governo de seu avô, como Eduardo Costa e Vivaldo Barbosa. O filho de Jango, João Vicente Goulart, que, junto com Costa e Vivaldo, também integra a direção nacional do partido Pátria Livre, participou das conversas com seu primo sobre a candidatura de Brizola Neto ao Palácio Guanabara. João Vicente é pré-candidato a presidente em 2018.

Segundo a UH, a militância do Pátria Livre apoia a articulação e está esperando o desembarque de Leonel no partido para iniciar a pré-campanha e levantar novamente as bandeiras nacionalistas pelo estado, principalmente pela baixada e subúrbios do Rio, onde as pessoas lembram com carinho das escolas de tempo integral construídas por seu avô.

Apoiadores de Ciro lançam site com propostas para o desenvolvimento do Brasil

Acaba de ser lançado, esta semana, a plataforma digital “Todos com Ciro”, organizada por apoiadores da pré-candidatura de Ciro Gomes à Presidência da República. Os idealizadores do site o definiram como uma “iniciativa independente e da sociedade civil que visa debater, engajar e mobilizar as pessoas em torno de um projeto de desenvolvimento para o Brasil”.

Os milhares de simpatizantes da pré-candidatura de Ciro acreditam que “a conjuntura atual do país demanda um projeto nacional de desenvolvimento, de ideias progressistas, com mecanismos de democracia participativa e, sobretudo, com uma liderança realmente capaz de iniciar um novo ciclo político no Brasil”. “Ao nosso ver”, dizem eles, “essas disposições podem ser encontradas nos posicionamentos do Ciro e em sua trajetória política até o momento”. Para se inteirar de todo o conteúdo da plataforma é só entrar no site www.todoscomciro.com.

Ciro esteve em Cuibá (MT) na segunda-



Ciro Gomes, do PDT-feira (27) para participar da convenção do Partido Democrático Trabalhista (PDT). “A população não quer trocar Chico por Manel novo, a população quer outro quadro de valores, quer ficha limpa, e isso rareou muito na política brasileira. Eu, felizmente, nada mais é do que a minha obrigação, mas nunca respondi por nenhum mal feito. A população quer alguém com experiência, porque está muito insegura com o que vem acontecendo no país. Parte disso é da inexperience da Dilma, da inexperience grave do Michel Temer. Isso quem está dizendo não sou eu, são as pesquisas”, declarou em entrevista.

Juiz Moro afirma que sofreu “ataques sujos” e “mentiras” por condenar os corruptos

O juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância, disse ter sido alvo de “ataques sujos” durante a condução dos casos da operação e atribuiu isto ao fato da investigação envolver pessoas ligadas à política. O magistrado mencionou tentativas de “diversionismo”, com ataques a quem investiga e julga.

“Um lado negativo que eu realmente não esperava foram alguns ataques sujos, por conta desses casos envolverem pessoas da política”, comentou, durante seminário promovido pela revista “Veja”, na segunda-feira (27), em São Paulo.

Moro afirmou que não altera a sua conduta por causa das críticas que recebe. “Estou absolutamente tranquilo com as coisas que eu fiz”, disse. Ele acrescentou: “Quanto a essas ofensas, tem um ditado: não se deve atirar uma pedra em todo cachorro que ladra. Eu não vou ficar me incomodando

com mentiras”.

O magistrado também respondeu a pergunta sobre se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva será preso, limitando-se a afirmar que o caso agora está na segunda instância, junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, onde tramita o recurso do petista à condenação aplicada pelo juiz no caso do triplex do Guarujá (SP).

O juiz disse que não foi possível ainda realizar todo o trabalho da Lava Jato e que o fato de muitos dos investigados terem foro privilegiado é um dos obstáculos.

Moro defendeu a necessidade de reformas estruturais para ajudar a combater a corrupção. “Diferentemente do que acontecia no passado, hoje a impunidade não é mais a regra”, afirmou, pedindo que “nossas lideranças” políticas aproveitem o atual momento para estabelecer medidas que valorizem as boas práticas.

Dodge quer Gleisi condenada e a investigação da quadrilha do PMDB

Marcelo Camargo/ABR



Procuradora pediu que as penas de Gleisi e Paulo Bernardo sejam agravadas

Procuradoria pede ao STJ inquérito contra Alckmin por receber R\$ 10,3 milhões ilegais da Odebrecht

A Procuradoria-Geral da República pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) abertura de um inquérito penal contra o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). Ele é acusado de receber, por meio de um cunhado, recursos de caixa dois da empreiteira Odebrecht nas eleições de 2010 e 2014. O inquérito, registrado em segredo de Justiça, tem como relatora a ministra Nancy Andrighi.

Executivos da construtora relataram em colaboração premiada que a Odebrecht repassou cerca de R\$ 10,3 milhões, em caixa dois, para campanhas dele ao governo do Estado de São Paulo. Alckmin foi citado por Benedicto Barbosa da Silva Júnior;

Carlos Armando Guedes Pachcoal e Arnaldo Cumplido de Souza e Silva.

O pedido foi encaminhado pelo vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia, o responsável por conduzir os inquéritos relacionados ao STJ, que tem a prerrogativa de processar governadores.

O envio do procedimento à corte foi avalizado pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele assinou que os colaboradores relataram que a Odebrecht teria repassado ao então candidato Geraldo Alckmin, “a pretexto de contribuição eleitoral, R\$ 2 milhões no ano de 2010 e R\$ 8,3 milhões no ano

de 2014, todas somas não contabilizadas”.

PSDB

Após um jantar com integrantes do PSDB no Palácio dos Bandeirantes, na segunda-feira (27), o governador disse que aceitou ser candidato à presidência do PSDB. Alckmin confirmou que é a alternativa para uma “chapa de unidade”.

A reunião teve a participação de Fernando Henrique Cardoso, do senador Tasso Jereissati e do governador de Goiás, Marconi Perillo. Segundo Alckmin, durante o encontro, Perillo e Jereissati disseram que abririam mão das suas pré-candidaturas, caso ele tivesse disposição de participar do processo.

Dias Toffoli se encontra com Temer e adia decisão do fim do foro privilegiado no STF

Após a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (Oito dos onze. O ministro Celso Mello adiantou seu voto) já terem votado, na última quinta-feira (23), a favor da limitação do foro especial para autoridades, o ministro Dias Toffoli pediu vista do processo e adiou a decisão da Corte.

Hoje, qualquer crime envolvendo deputados federais e senadores, cometido antes ou durante o mandato, é julgado apenas no STF. De acordo com a proposta do relator, ministro Luis Roberto Barroso, os crimes praticados antes da pessoa ser eleita não seriam mais processados no tribunal, mas em varas criminais comuns.

A Corte julgaria apenas processos sobre crimes cometidos por congressistas no exercício do mandato, por fatos

diretamente relacionados à função pública. A regra poderia valer para todas as autoridades.

Para justificar seu pedido de vista, Toffoli lembrou que o Congresso Nacional está discutindo no momento uma Emenda Constitucional que revoga o foro especial para todas as autoridades, com exceção dos presidentes dos Três Poderes. Mas já está sendo articulada a aprovação, no plenário, de uma emenda que garanta o foro do STF também para ex-presidentes da República. Depois da decisão em relação ao tucano Aécio Neves, Toffoli acha que o STF é mesmo um puxadinho do Congresso. Que a Corte é servil aos parlamentares.

Antes de pedir vistas do processo, Dias Toffoli encontrou-se com Michel Temer, que tem interes-

se na permanência do foro privilegiado para proteger seus aliados da base que enfrentam a denúncias de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa e outros delitos. Sem foro, eles seriam julgados numa vara de primeira instância, talvez a de Sérgio Moro.

O ministro alegou que foi uma “coincidência” ter se encontrado com Temer na semana em que o Supremo voltaria a discutir a limitação do foro privilegiado. Ele negou ter discutido o assunto com Temer.

Antes de Toffoli, o ministro Alexandre de Moraes também pediu vistas do processo, engavetando por quase um ano o assunto antes de levar a debate no plenário da Corte. Gilmar Mendes disse na segunda-feira (27) que foi importante o pedido de vista de Toffoli.

Dilma elogia Kátia Abreu, expulsa do PMDB

A ex-presidenta Dilma Rousseff saiu em defesa da sua amiga, a senadora e ruralista Kátia Abreu, expulsa pelo Conselho de Ética do PMDB.

Segundo Dilma, a decisão do PMDB e uma “violência” contra a senadora e “é um jogo de cartas marcadas” em que o partido “tenta perseguir os políticos sérios, honestos e progressistas” da legenda.

Segundo a ex-presidenta, nas eleições de 2018, “todos os tocantenses terão oportuni-

dade de homenagear a sua competência, coragem e decência em 2018”.

Kátia Abreu já chamou o MST de “movimento dos sem lei” e a Via Campesina, de “milícia”. Já foi denunciada por desmatamento ilegal e grilagem de terras. Por isso mesmo é conhecida nos movimentos sociais e entre os ambientalistas pelos apelidos de “Miss Desmatamento” e “Rainha da Motosserra”.

Dois irmãos de Kátia Abreu, André Luiz Abreu e Luiz Alfredo de Feresin

Procurador da Lava Jato rebate Gilmar Mendes: “É covardia defender os poderosos contra a população”

O procurador da Lava Jato, Carlos Fernando Dos Santos Lima, rebateu uma declaração de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual é “covardia não conceder habeas corpus”. Gilmar é conhecido por soltar bandidos ricos, como Eike Batista, Daniel Dantas, Roger Abdemassih, Jacob Barata Filho, da máfia dos transportes no Rio, e outros.

“Negar ou conceder habeas corpus não é

questão de coragem ou covardia. Mas é covardia defender interesses de poderosos contra o interesse da população, permitir que a iniquidade continue e menoscabar de nossa Democracia e República”, rebateu o procurador Carlos Fernando Santos Lima.

“Fazer o certo é um ato de coragem. E cada vez mais vemos pessoas corajosas como os juizes Moro e Bretas, os Ministros Barroso, Fachin, Fux, Rosa Weber e o decano Celso

de Mello, os desembargadores do TRF do Rio de Janeiro que não aceitaram o despropósito da ALERJ, e tantos outros”, continua o procurador em nota nas redes sociais.

“Precisamos acreditar que vale a pena ser honesto, fazer o que é certo e dar um pouco de nós para o bem público”, concluiu.

Na segunda-feira (27), Gilmar Mendes questionou a eficácia do fim do foro privilegiado que blinda políticos corruptos.

Pedidos da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, foram enviados para o STF

A nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) na sexta-feira (24) a condenação da senadora Gleisi Hoffmann (PR), presidente nacional do PT, de seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, e do empresário Ernesto Kugler Rodrigues pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, além do pagamento de R\$ 4 milhões ao erário como reparação de danos morais e materiais. No mesmo dia, ela enviou parecer ao STF no qual pediu que o inquérito que investiga políticos do PMDB por organização criminosa não seja paralisado.

Segundo a procuradora-geral, o esquema de corrupção na Petrobrás viabilizou R\$ 1 milhão para a campanha da atual presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, ao Senado em 2010. O valor, de acordo com a PGR, saiu de empresas que tinham contratos com a estatal e era arrecadado pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa, que se tornou colaborador da Justiça. O dinheiro desviado era repassado a Alberto Youssef, que operava o esquema na diretoria de Costa. Youssef, por sua vez, fez o repasse ao empresário Ernesto Kugler Rodrigues, segundo a acusação.

O doleiro Alberto Youssef contou aos procuradores da República que o pedido de recursos para Gleisi foi feito por Ernesto Kugler Rodrigues, amigo do casal. Antonio Carlos Pieruccini, um novo colaborador da Lava Jato, contou em detalhes como transportou a propina para Gleisi, em dinheiro, de São Paulo para Curitiba em quatro viagens. Pieruccini afirmou que entregou o dinheiro para Ernesto Kugler. Alberto Youssef confirmou que os valores da propina se destinavam à então candidata à senadora Gleisi Hoffmann. Pieruccini afirmou em seu depoimento que Alberto Youssef disse a ele que os valores seriam usados para o financiamento da campanha de Gleisi Hoffmann.

No caso do quadrilhão do PMDB, a decisão de Dodge impede que integrantes da organização criminosa sejam blindados das investigações ao permanecerem no mesmo inquérito de Temer. O ministro Edson Fachin já havia determinado que eles fossem julgados por Sérgio Moro, na primeira instância. A defesa de Temer recorreu.

São alvos do inquérito o presidente Michel Temer, pego em flagrante negociando propina com Joesley Batista, o ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), dos R\$ 51 milhões achados num apartamento em Salvador, e o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), comandante da propinagem peemedebista na Câmara. Os acusados queriam paralisar os processos de Cunha, Geddel e Rocha Loures, deixando no mesmo processo de Temer.

No dia 9 de novembro, o advogado de Michel Temer, Eduardo Carnelós, questionou no STF a decisão de Fachin de fatar a denúncia e enviar os políticos sem foro para a primeira instância. Para Carnelós, a continuidade dos processos em re-

lação a outros acusados poderia produzir provas contra Temer, temporariamente blindado. No pedido, o advogado também argumentou que o prosseguimento do processo em relação aos outros políticos do PMDB levará ao “consistente e perigosíssimo risco de ocorrer colheita de prova sem a participação daqueles que, no futuro, poderão vir a ser atingidos por ela”.

A armação dos advogados da quadrilha é bater na tecla de que os demais membros do bando chefiado por Temer foram acusados de forma conjunta com ele por formação da organização criminosa e devem, portanto, permanecer juntos. Por este raciocínio, eles deveriam continuar no mesmo processo do presidente. A ideia é livrá-los da cana porque o processo contra Temer está suspenso por decisão da Câmara dos Deputados. Outros membros da quadrilha já estão se beneficiando do fato de ocuparem cargo no governo e, por isso, terem direito ao foro privilegiado. São eles Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral).

Além de parar o processo, a intenção dos advogados é tirar os acusados sem foro das mãos do juiz Sérgio Moro, que, ao contrário do STF, está mandando ver nos processos da Lava Jato.

As investigações sobre políticos do PMDB sem foro, como Geddel, Cunha e o ex-assessor de Temer, Rodrigo Rocha Loures - o homem da mala com R\$ 500 mil - foram remetidas por Fachin à primeira instância da Justiça. Dodge entregou na sexta (24) as alegações finais a favor da decisão de Fachin no âmbito da ação penal derivada da Operação Lava Jato. Essa é a última etapa do processo, sob relatoria do ministro Edson Fachin, antes da sentença. O ministro Luiz Edson Fachin já decidiu submeter ao plenário a palavra final sobre o pedido da defesa se paralisa ou não as investigações.

Nos casos da presidente do PT, Gleisi Hoffman, e seu marido Paulo Bernardo, Dodge pediu ao STF que a sua pena e a de Paulo Bernardo sejam agravadas. “No presente caso, Gleisi Hoffmann e seu marido se cuidam de políticos experientes. Ambos receberam valores em função de cargos que materializam em essência a outorga do povo do Estado do Paraná. Portanto, mais do que a corrupção de um mero agente público, houve corrupções em séries por titulares de cargos dos mais relevantes da República, cuja responsabilidade faz agravar sua culpa na mesma proporção”, escreveu em seu parecer.

Sobre os R\$ 4 milhões pedidos pela PGR, para serem pagos em conjunto pelos réus, a procuradora disse que eles representam um ressarcimento pelos danos causados pelos dois ao país. Eles representam o quádruplo do valor da propina, “já que os prejuízos decorrentes da corrupção são difusos (lesões à ordem econômica, à administração da Justiça e à administração pública, inclusive à respeitabilidade do parlamento perante a sociedade brasileira), sendo dificilmente quantificados”, justificou Dodge.

SÉRGIO CRUZ

TRF-4 rejeita recurso e mantém o bloqueio de R\$ 16 milhões de Lula

Os três desembargadores da Oitava Turma do Tribunal Regional Federal (TRF-4) rejeitou o pedido da defesa de Lula e manteve o bloqueio de R\$ 16

milhões de valores e bens de Lula determinado pelo juiz Sérgio Moro, em julho, no processo sobre o apartamento triplex no Guarujá. A decisão foi tomada na manhã da terça-feira (28).

De acordo com o desembargador João Pedro Gebran Neto, relator dos processos da Lava Jato no TRF, um mandado de segurança, recurso utilizado pela defesa de Lula contra o bloqueio de bens, não é “o instrumento processual correto para o pedido”. De acordo com Gebran, os defensores deveriam ter utilizado um “incidente de restituição de coisas apreendidas”.

Para o desembargador, a questão deve ser avaliada por Moro, na primeira instância. “É imprescindível o exame inicial pela autoridade judiciária que determinou a medida”, ressaltou Gebran em sua decisão, que foi acompanhada pelos outros dois desembargadores da Oitava Turma.

A Oitava Turma é a mesma que ainda vai julgar a condenação de Lula a nove anos e seis meses de prisão no mesmo processo, baseado em um esquema de corrupção entre a empreiteira OAS e a Petrobrás.

Por decisão de Moro foram bloqueados de Lula, três imóveis, um terreno, dois automóveis e contas bancárias do ex-presidente. No total, entre contas e planos de previdência, quase R\$ 10 milhões de Lula.

MP encontra artigos de luxo em vistoria na cela de Cabral

Produtos proibidos foram apreendidos na galeria C, onde estão presos Sérgio Cabral, Jorge Picciani, Jacob Barata Filho e outros integrantes da quadrilha

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) apreendeu, na última sexta-feira (24), durante uma vistoria, inúmeros quitutes na cela de Sérgio Cabral (PMDB) e de outros presos ligados à Lava Jato, na Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, no Rio de Janeiro. Há indícios de que os alimentos tenham sido encomendados em restaurantes da região, em desacordo com as regras penitenciárias.

Durante a vistoria foram encontradas nas celas porções quentes de risoto, bacalhau e frango desfiado com temperos. Além de suprimentos, como queijos importados, iogurtes, castanhas, especiarias. E ainda produtos eletrônicos, uma cafeteira e um filtro de água. Tudo em desacordo com as normas da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap).

A promotora Elisa Fraga, coordenadora de Segurança e Inteligência do MP carioca, explicou que é permitido o ingresso, nos presídios, de alimentos levados por visitantes, em até três sacolas. “Mas o que nós verificamos lá é muito mais do que isso, alimentos que evidentemente não foram trazidos por visitantes, porque são [praticamente todos] iguais”.

O Ministério Público trabalha com a hipótese de que a comida tenha sido fornecida por algum restaurante, já que as porções eram todas idênticas, e algumas ainda estavam quentes.

Além de comida de luxo considerada irregular, o Ministério Público encontrou material de ginástica, tal como halteres, corda para crossfit, além de chaleira, sanduicheira e aquecedores elétricos. “Essa corda é totalmente irregular. Pode ser usada inclusive para enforçar algum desafeto. Por isso é proibida no sistema carcerário”, disse o MP.

Durante a vistoria, o MP notou que o luxo estava restri-

to à ala dos acusados da Lava Jato, onde estão presos o ex-governador Sérgio Cabral, o ex-secretário de Saúde Sérgio Côrtes, o empresário Jacob Barata Filho, o presidente da Alerj Jorge Picciani, os deputados Paulo Melo e Edson Albertassi (os três do PMDB), e um grupo de presos da Lava Jato, além do ex-governador Anthony Garotinho (PR) e na ala feminina a esposa de Cabral, Adriana Ancelmo e a ex-governadora Rosinha Garotinho. Os outros presos da ala especial (destinada a presos com ensino superior) não contavam com o mesmo luxo.

O MP chegou à cela de Cabral e encontrou do lado de dentro o ex-governador em uma reunião íntima com Jorge Picciani. Os dois sentados um de frente para o outro em cadeiras de plásticos com seus petiscos de luxo ao lado. Na ala dos políticos e empresários corruptos presos as celas ficam abertas, todos circulando livremente como numa colônia de férias, como foi demonstrado nos vídeos divulgados pelo MP.

Os presos da Lava Jato usufruem de colchões que foram utilizados por atletas durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, no ano passado. Um único colchão deste tipo foi encontrado na ala feminina (onde não há separação entre as presas do regime comum e especial), e o MP desconfia que seja de Adriana Ancelmo.

Os alimentos luxuosos também foram encontrados, em menor quantidade, na ala feminina.

A promotoria do MP listou uma série de indícios sobre possíveis benefícios à galeria C do 2º andar da cadeia de Benfica, onde estão os presos da Lava Jato e vai investigar se houve distribuição por parte de restaurantes e se funcionários do presídio participaram do esquema. Os fatos serão comunicados à 7.ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro e à Justiça Eleitoral de Campos.

Garotinho, ex-governadora do Rio e esposa de Garotinho, na Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, onde na ala C estão os presos da Lava-Jato, inclusive seus maridos.

As ex-primeiras-damas não estavam na escala das presas para fazer a faxina na ala feminina. Das quinze mulheres encarceradas ali, Adriana era a única a ter colchão alto, seminovo, usado por atletas na Olimpíada, como os dos presos da Lava Jato.

possível alguém invadir a cadeia e chegar ao segundo andar sem ser visto”, disse o delegado da unidade Wellington Vieira.

Garotinho foi socorrido pelo ex-secretário de Saúde Sérgio Côrtes, réu da Lava Jato, que é médico e também está preso na cadeia de Benfica. Azeredo disse que “é uma situação constrangedora, mas naquela situação, ele estava como médico e Garotinho como paciente agredido”.

Sérgio Cortês está naquela foto famosa com Cabral, Garotinho, ex-secretários e empresários em um hotel em Paris confraternizando. O episódio ficou conhecido como “Farra dos Guardanapos”. Sérgio Cortês era um dos convidados. O presidente do PR Antonio Carlos Rodrigues deveria ter se entregado a polícia na última quinta-feira, o que não aconteceu ainda e integrantes da sigla afirmaram sob anonimato a Revista Época que o foragido ex-ministro de Dilma Rousseff não tem “estrutura” para aguentar uma longa temporada atrás das grades.



Ex-governador diz ter sido agredido dentro de cela



Comidas e quitutes foram entregues por restaurante, o que é proibido

Crivella nega que tenha recebido propina da máfia dos transportes para sua campanha

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB) negou ter recebido propina da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio (Fetranspor), dirigida pelo empresário Jacob Barata Filho.

As acusações contra Crivella foram feitas por Edimar Moreira Dantas, funcionário da empresa do doleiro Álvaro José Novis, operador do esquema de propina da Fetranspor, que colabora com a justiça. Segundo ele, Crivella recebeu por meio do seu tesoureiro R\$ 450 mil.

Edimar disse aos investigadores do Ministério Público Federal (MPF) que fez pagamentos a um intermediário do prefeito do Rio entre os anos de 2010 e 2012. Segundo Dantas, o dinheiro foi entregue a Mauro Macedo, tesoureiro de antigas campanhas de Crivella. Segundo ele, os repasses foram feitos pessoalmente num escritório na Candelária, centro do Rio, onde funcionou comitê de campanha de Crivella em 2010.

Não é a primeira vez que Crivella aparece nos autos do processo do esquema da máfia do transporte o Rio. Após a prisão de Lélis Tei-



Campanha de Crivella teria recebido R\$ 450 mil

xeira, presidente da Fetranspor e Jacob Barata Filho, dono de diversas empresas do setor, o esquema de propina que totalizou R\$ 260 milhões, começou a ser desmontado.

Em agosto, Rodrigo Bethlem colaborador da campanha de Crivella em 2016, foi preso e foram apresentadas pelo MPF trocas de mensagens com Teixeira. Para os procuradores, o diálogo evidência “a manutenção do esquema fraudulento no setor de transportes do Rio de Janeiro até os dias atuais”, em referência a Marcelo Crivella.

Em mensagem interceptada pelo MPF em dezembro do ano passado o Bethlen pediu a Teixeira que “tranquilizasse a turma” (se referindo a cúpula das empresas de ônibus), pois o esquema de propina seria mantido mesmo com a troca de prefeitos.

“O teor das mensagens

revela fortes indícios da realização de acertos espúrios e, para a compreensão do seu alcance e gravidade, oportuno contextualizá-las em razão da data em que foram escritas e do seu remetente”, destacou o MPF.

O prefeito afirmou que no início do governo foi procurado por representantes da Federação, mas que se recusou a conceder reajustes e a receber propina.

“Não teria sentido dar reajuste depois que as empresas foram beneficiadas com redução de custos, devido a investimentos bilionários que a prefeitura fez em corredores de BRTs. Depois, a Justiça determinou que as tarifas fossem reduzidas duas vezes porque foram concedidas irregularmente”, disse o prefeito sobre reajustes da administração de Eduardo Paes.

Sobreprego da bandeira vermelha 1 será mantido nas contas de dezembro

O Governo Federal resolveu, nesta segunda-feira (27), manter o tarifaço nas contas de energia elétrica da população mesmo com o início período chuvoso. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que será aplicada no próximo mês a bandeira vermelha no patamar 1 nas tarifas de eletricidade. Ou seja, haverá uma cobrança extra de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Desde outubro, a bandeira em vigor era a vermelha no patamar 2, a mais cara desse sistema, com custo extra de R\$ 5 a cada 100 kWh consumido. Segundo a Aneel a bandeira segue vermelha porque há menos água nas barragens das hidrelétricas, e é preciso acionar mais usinas térmicas para garantir o abastecimento de energia.

No começo deste mês o Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)

decidiu manter a operação de térmicas mais caras, ao mesmo tempo em que a usina hidrelétrica de Itaipu, a maior do País, abriu suas comportas para escoar o excedente de água em seus reservatórios.

Nas últimas semanas as chuvas aumentaram e atingiram a maior parte do país, mas segundo o governo os reservatórios continuam a receber menos água do que o esperado.

PF investiga fraude em 100 licitações de saneamento básico em 14 estados

A Polícia Federal deflagrou nesta segunda-feira (27) a Operação Vinil, em parceria com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O intuito da investigação é apurar o crime de formação de cartel por empresas do ramo de conexões de PVC e polipropileno, em licitações públicas de obras de infraestrutura em saneamento de água em São Paulo.

Segundo nota oficial da PF, 65 policiais federais e 20 servidores do Cade cumpriram 15 mandados de busca e apreensão na grande São Paulo e na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, todos expedidos pela 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo.

O inquérito policial teve início em junho do ano passado quando o Ministério Público Federal encaminhou o acordo de leniência firmado entre o Cade e uma empresa fabricante de conexões



Cartel combinava preços e dividia as licitações

para investigação da PF, no qual se descrevem condutas anticompetitivas dela e de outras três empresas do ramo, afetando o mercado nacional, entre os anos de 2004 e 2015, comprovando licitações em 14 estados.

O relatório do Cade aponta ainda, indícios de violação da ordem econômica por meio de conluio entre as empresas para frustrar o caráter competitivo das licitações públicas, como a fixação de preços e condições comerciais; a abstenção

de participação em licitações; acordos para divisão de clientes e lotes entre concorrentes e o compartilhamento de informações comercialmente sensíveis.

Entre os crimes investigados estão o abuso do poder econômico, onde se forma acordos visando o a fixação artificial de preços e o controle regionalizado do mercado por um grupo de empresas, previstos na lei 8.137/90, com penas de 2 a 5 de prisão e multa.



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Até quando?

Preso desde junho deste ano em regime semiaberto, o deputado federal Celso Jacob (PMDB-RJ) foi flagrado no último domingo tentando entrar no complexo penitenciário, em Brasília, com dois pacotes de biscoito e um de queijo provolone escondido na cueca. O hesitante STF é uma vergonha. Se zelasse pela Constituição, jamais poderia permitir que um condenado e preso pudesse continuar a exercer mandato político. Por outro lado, os congressistas federais são imorais iguais ao Jacob, pois permitem que um condenado, e hóspede da Papuda, continue a prestar expediente na Câmara Federal, em desrespeito à sociedade e ao contribuinte, que paga os seus salários.

Júlio César Cardoso - Balneário Camboriú, SC

Horror

Depois de pedir vistas no processo de “Foro Privilegiado” que está sendo julgado no STF, quando sete dos seus pares já haviam aprovado o fim dessa exceção onde se esconde todo político corrupto, vimos que passados cinco anos do julgamento do mensalão, o ministro Dias Toffoli continua o mesmo. Não conseguiu incorporar sua função como ministro, continuando a agir como advogado de porta de cadeia, normal para quem nunca conseguiu passar em concurso para juiz. Pensar que ele ainda ficará no cargo até completar 75 anos é de estarrecer.

Beatriz Campos - São Paulo, SP

Polícia identifica a autora de crime racial contra filha de casal de atores

A Delegacia de Repressão a Crimes Informáticos identificou Dayane Alcântara Couto de Andrade como a autora dos vídeos de injúria racial contra a filha dos atores Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank.

“Day McCarthy”, como se apresenta na internet, se coloca como “socialite e escritora de sucesso”. A autora das ofensas racistas contra a menina Titi, de 4 anos, afirma eu seu site oficial que com suas palavras pretende levar “alegria, esperança e reflexões às pessoas ao redor do mundo”. Porém, sua fama na internet cresceu em torno de uma série de vídeos nocivos e ofensivos.

Durante o vídeo do fato, a agressora ao dizer futilidades sobre sua própria aparência física, se compara à filha do casal de atores. “Mas ficam lá, no Instagram do Bruno Gagliasso, elogiando aquela macaca, a menina é preta e tem o cabelo horrível de pico de palha e tem um nariz de preto horrível e o povo fala que a menina é linda e vem no meu perfil falar que eu sou feia”.

A mulher já havia causado muita polêmica depois que ofendeu a filha de Roberto Justus, que possui uma doença chamada estenose crânio-facial, ao compará-la ao boneco assassino do filme “Chucky”.

Após o casal de atores processar judicialmente a mulher pelo crime de injúria racial, a mesma postou outro vídeo dizendo que não irá voltar ao Brasil por nada. Segundo a delegada Daniela Terra, um inquérito já foi aberto, e a responsável pelas ofensas será intimada. No momento a agressora reside no Canadá.

Pedro Cardoso se retira de programa da TV Brasil após declaração racista do presidente da EBC

O ator Pedro Cardoso se retirou do programa ao vivo “Sem Censura”, da TV Brasil, vinculado à rede EBC, no dia (23). Cardoso prestou solidariedade aos funcionários que estavam em greve, ironizou o governo brasileiro e criticou o presidente da emissora por racismo.

“Não vou responder nenhuma pergunta por que quando cheguei aqui encontrei uma empresa em greve, e eu não participo de programas de empresas que estão em greve. Eu não estou a par. Mas, diante deste governo que está governando o Brasil, eu tenho muita convicção de que as pessoas que estão fazendo esta greve provavelmente estão cobertas de razão”, destacou o ator.

Há 10 dias, os trabalhadores da EBC declararam estado de greve por conta das propostas de congelamento dos salários e cortes de benefícios.

“O que eu soube também quando cheguei aqui é que o presidente desta empresa [Laerte Rimoli], que pertence ao povo brasileiro, fez comentários extremamente inapropriados a respeito do que teria dito uma colega minha [Taís Araújo] onde a presença do sangue africano é visível na pele - porque o sangue africano está presente em todos nós, e em alguns de nós está presente também na pele, mas em todos nós ele está [...] Então se esta empresa, que é casa do povo brasileiro, tem na presidência uma pessoa que fala contra isso, eu não posso falar do assunto que eu vim falar aqui. Eu tenho um imenso respeito por todos vocês aqui, peço desculpas, vou me levantar em respeito aos grevistas e vou embora”, completou.

A cúpula da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) decidiu na mesma noite que a atração seria gravada com antecedência a partir desta semana, mas a repercussão da notícia foi tão negativa que a emissora voltou atrás.

Em dezembro do ano passado Leda Nagle, apresentadora “Sem Censura” por 20 anos, foi demitida as pressas depois da promessa de renovação de contrato porque a empresa afirmou estar sem dinheiro para continuar o programa.

Júlia Cruz/HP



Luis Boudens, presidente da Fenapef

Polícia Federal se soma à Greve Geral do dia 5

Os policiais federais, representados pela Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), afirmaram que se somarão à Greve Geral, convocada pelas centrais sindicais no próximo dia 5 de dezembro, contra os ataques à Previdência.

De acordo com Luis Antônio Boudens, presidente da Federação, os policiais irão realizar essa semana ações como videoconferência com a participação de lideranças de diversas categorias dos servidores federais para traçar estratégias de combate à “reforma” da Previdência e a Medida Provisória 805/2017, que suspende a recomposição salarial para diversas categorias do serviço público federal.

Para Boudens, os “policiais federais vão reagir à insistência do Governo Federal de avançar com o desmonte do serviço público”, disse Boudens.

“O Brasil vive uma de suas maiores crises de Segurança Pública, policiais estão sendo mortos em todo o País, não podemos permitir que o Governo desconsidere a atividade de risco dos policiais federais para concessão da aposentadoria, nem a importância desses profissionais na superação da crise. Essa conta não é do trabalhador brasileiro”, declarou o presidente.

Boudens ressalta que, em relação aos reajustes salariais da categoria, além de congelar os salários, suspendendo reajustes antes já acordados entre servidores e governo, a medida de Temer “ainda vai além nos danos causados a esse grupo de servidores, pois aumenta a alíquota de contribuição previdenciária do funcionalismo público de 11 para 14%”.

Boudens afirmou que a categoria policial vai decidir em assembleia qual rumo seguirá nas próximas duas semanas que antecederem a data prevista para votação da “reforma”, no dia 6 de dezembro.

HP ESPORTES

VALDO ALBUQUERQUE



Gol de Rafael Lima na vitória do Coelho

Após 20 anos, América-MG levanta o caneco da Série B

Com gol de Rafael Lima, o Coelho venceu o CRB por 1 a 0 e ficou com a taça da Série B, com 73 pontos, 20 anos após sua primeira conquista do campeonato. Com isso, o América-MG voltou à elite do futebol brasileiro.

Mais de 22 mil pessoas foram ao estádio Independência e assistiram a equipe de Enderson Moreira superar o time potiguar pelo placar mínimo, acumulando na ótima campanha 20 vitórias, 13 empates e cinco derrotas. Marcou 46 gols e sofreu 25.

O capitão Rafael Lima é egresso da Chapecoense e escapou da tragédia em Medellín por não viajar à Colômbia, por causa de contusão. Ele dedicou o título às vítimas do acidente.

Com a conquista, o América-MG integra uma lista de bicampeões da Série B, com Palmeiras, Coritiba, Paraná, Paysandu e Goiás.

Também subiram para a Série A, Internacional (71 pontos), Ceará (67) e Paraná (64). Foram rebaixados para a Série C, Luverdense, Santa Cruz, ABC e Náutico.

Série A – Na partida em que empatou em 2 a 2 com Atlético-MG, o Corinthians levantou a taça de heptacampeão, vencida há duas rodadas na vitória contra o Fluminense. O Timão marcou com Jadson e golaço de Marquinhos Gabriel. Golaço de falta de Otero e Fred de cabeça igualaram o placar. O goleiro Cássio teve a honra de erguer o caneco em Itaquera.

Contudo, o fato mais comentado na rodada foi a bizarra atuação do goleiro Rubro-Negro Muralha, responsável direto pela derrota do Flamengo por 2 a 1, na Ilha do Urubu. Com o resultado, o Peixe já garantiu sua participação na fase de grupos da Libertadores. Já o Flamengo precisará vencer o Vitória, em Salvador, para não depender de outros resultados para se classificar ao torneio. Vale lembrar que o Mengão também pode se classificar à Libertadores caso vença a Copa Sul-Americana.

Além do Cruzeiro classificado por ser campeão da Copa do Brasil, Corinthians, Palmeiras, Grêmio e Santos já estão garantidos na Libertadores em 2018.

Ponte Preta e Atlético-GO já estão matematicamente rebaixados à Série B.

Metalúrgicos de SP



Warley Martins, durante manifestação contra os ataques do governo

‘Trabalho intermitente’ criado por Temer acaba com o direito ao salário mínimo

Com a reforma trabalhista e a criação do trabalho intermitente, o governo Temer acabou com a maior conquista do trabalhador nas últimas décadas: o salário mínimo nacional. Isso porque os trabalhadores submetidos a essa nova “modalidade” podem receber menos do que o mínimo previsto em lei. Esta situação é inédita no país, pois até mesmo sob a ditadura a remuneração mínima ao trabalhador se manteve de em pé.

Agora, depois de legalizar essa covardia, o governo teve que criar novas regras para a contribuição previdenciária, uma vez que não existe mecanismo de contribuição para quem recebe abaixo do mínimo, hoje em R\$ 937.

Conforme o Palácio do Planalto, o trabalhador, além de receber um salário de miséria - considerando que o mínimo no Brasil já é extremamente baixo - ele terá ainda que pagar uma previdência complementar para que tenha direito aos benefícios do INSS. A regra, criada pelo governo

através de um “Ato Declaratório Interpretativo” da Receita Federal, define que o trabalhador deverá pagar 8% sobre a diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo mensal.

Por exemplo: o profissional que recebeu num mês R\$ 900, no total de serviços prestados de uma ou mais empresas, terá que recolher 8% sobre R\$ 37. Com isso, quanto mais distante sua remuneração do salário mínimo, maior será sua contribuição. Isto significa que, a depender do caso, os trabalhadores terá que pagar para trabalhar, caso não queira perder aquele mês como trabalhado a fim de garantir os benefícios a que tem direito.

Como funciona o “trabalho intermitente”? Nesta modalidade de trabalho, o empregado trabalha apenas quando é convocado e o salário varia conforme o número de horas ou dias trabalhados. A lei determina que o contratado neste regime receba, pelo menos, o valor proporcional ao salário mínimo pela hora, R\$ 4,26, ou pelo dia traba-

lhado, R\$ 31,23.

E o caso dos futuros operadores de caixas da rede de supermercados cearense Centerbox, que por quatro horas/dia, seis vezes/mês, a empresa oferece salário de R\$ 4,81 por hora, ou seja, R\$ 115,44 por mês. Nesta situação os trabalhadores terão de recolher 8% sobre R\$ 821,56, ou seja, eles terão que recolher R\$ 65,72, mais da metade do que receberam no mês. Segundo o governo ainda, o pagamento da contribuição deverá ser feito até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação do serviço.

Para a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação dos Magistrados a Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciana Conforti, “com o aumento do desemprego, nós teremos aí uma falsa geração de emprego, mas sem a criação de renda para os trabalhadores, o que é um desserviço social”, denunciou a magistrada.

ANTONIO ROSA

Petroleiros aprovam paralisação em mais de 40 plataformas contra arrocho e ataques à Petrobrás

O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) afirmou na última segunda-feira, 27, na capital fluminense, que a categoria aprovou indicativo de greve nas 43 plataformas da Petrobrás, na Bacia de Campos, contra cortes de direitos e contra o desmonte da estatal.

A categoria é contrária ao reajuste salarial de 1,73% proposto pela diretoria executiva da Petrobrás. “Entre os indicativos aprovados pela categoria está a realização de uma greve por tempo indeterminado,

com data de início a ser definida pela FUP, em caso de qualquer redução de direitos como descritos e consagrados pelo ACT [Acordo Coletivo de Trabalho] 2015/2017”, disse a Federação Única dos Petroleiros, que representa um total 13 sindicatos de petroleiros.

Segundo a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que representa cinco sindicatos, seus filiados já aprovaram greve com início em 29 de novembro. A entidade aguarda um posicionamento da direção da Pe-

trobrás ainda esta semana sobre o ACT e decidirá com suas bases se mantém a greve. Para o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), “os petroleiros não vão recuar se a empresa não melhorar a proposta e prorrogar o atual ACT até o final da negociação para garantir que não tenhamos suspensão dos atuais direitos até lá. A categoria está em assembleia permanente e é fundamental manter a mobilização e intensificar as atividades de preparação da greve”, destacou a entidade.

Juiz não aplica “reforma” trabalhista e exige presença de sindicato em caso de demissão em massa em SP

O juiz do Trabalho Elizio Luiz Perez, da 41ª Vara do Trabalho de São Paulo, determinou na última quinta-feira, 23, na capital paulista, que o grupo Leforte Corporate readmitisse os mais de 100 fisioterapeutas do Hospital Bandeirantes e do Hospital Leforte. Na decisão, o magistrado não aplicou a nova legislação da reforma trabalhista, que exclui a necessidade de prévia negociação coletiva com o sindicato para demissões em massa. Para o Perez, é a Constituição que determina a negociação entre empresa e sindicato em caso de demissões em massa com o intuito de garantir direitos mínimos aos trabalhadores.

“Não é dado ao legislador ordinário legislar em sentido diametralmente oposto

às regras constitucionais. Impõe-se, portanto, interpretar o art. 477-A da CLT no sentido de não excluir a necessidade de prévia negociação para a validade das dispensas coletivas”, afirmou.

Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT) de São Paulo, que ajuizou a ação civil em outubro deste ano, as dispensas ocorreram de forma abusiva. “São mais de 100 famílias em situação de desemparo, que passam a integrar os elevados índices de desemprego no país”, afirmou Elisiane dos Santos, procuradora do Trabalho, que explicou que a nova Lei da Terceirização, utilizada pelo grupo hospitalar para justificar as dispensas, não autoriza

a modificação unilateral de contratos de trabalho, como seria o caso de demissões em massa.

“O artigo 7º da Constituição Federal protege o trabalhador contra a dispensa arbitrária, e daí decorre a interpretação jurídica de que dispensas coletivas somente podem ser admitidas quando negociadas, em igualdade de condições com sindicatos da categoria profissional”, afirmou Elisiane. Outra situação que chamou a atenção do MP foi o fato de que a empresa contratada para atender com fisioterapia não possuía nenhum profissional registrado em seu quadro. A prestadora de serviço apenas intermediava mão-de-obra, o que é ilegal segundo a procuradora.

Trabalhadores de todas as categorias se mobilizam para barrar PEC criminosa do governo Temer de assalto à Previdência

As Centrais Sindicais, reunidas na última sexta-feira, 24, aprovaram a convocação de Greve Geral para o próximo dia 5 de dezembro contra o roubo às aposentadorias que o governo tenta cometer com a chamada “reforma” da Previdência.

Nos próximos dias, assembleias de metalúrgicos, petroleiros, trabalhadores do transporte, comerciários, servidores públicos, policiais civis e federais irão mobilizar trabalhadores em todo o país com o objetivo de barrar a PEC 287, elaborada pelo governo para impedir que o trabalhador tenha garantida a sua aposentadoria, após anos de trabalho. O plano do governo é exigir regras que inviabilizem a garantia da aposentadoria, como a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, além de 40 anos de contribuição para o acesso à aposentadoria integral.

Em nota unitária, as centrais “convocam todas as entidades sindicais e movimentos sociais a realizarem ampla mobilização nas bases – assembleias, atos, debates e outras atividades – como processo de organização de uma Greve Nacional, no dia 5 de dezembro, contra as propostas de reforma da Previdência Social, que acaba com o direito à aposentadoria dos trabalhadores brasileiros. As Centrais Sindicais exigem que o Congresso Nacional não mexa nos direitos trabalhadores!”, diz a nota.

“O Brasil vai parar”, afirmou o presidente da CGTB, Ubiraci Dantas, o Bira. “O governo Temer quer acabar com a aposentadoria do nosso povo e entregar a Previdência Social para banqueiros e o capital financeiro internacional. Temos R\$ 26 milhões e 500 mil desempregados e subempregados, estão tentando acabar com as nossas estatais estratégicas, com toda a nossa saúde, a nossa educação. Basta! Não podemos aceitar isso. Dia 5 todos na rua, vamos parar tudo: ônibus, metrô, trem, comércio, para a gente dar uma resposta a esse governo traidor da Pátria!”

As entidades denunciavam também a campanha mentirosa do governo federal de que a “reforma

ma” da Previdência irá “acabar com os privilégios”, quando o objetivo mesmo é o de aumentar o privilégio dos banqueiros, desviando ainda mais recursos para o pagamento dos juros, através de mecanismos como a DRU (Desvinculação das Receitas da União). Para o governo, o rombo, ou melhor, o roubo que vem ocorrendo na Previdência não é por conta da DRU, ou por conta dos perdes de dívidas bilionárias de grandes empresas com a Previdência, como a JBS que, sozinha, deve R\$ 2,4 bilhões à União em receita previdenciária. Para o governo, o problema está no trabalhador que está se aposentando “cedo demais”, e recebendo muito, ou seja, no trabalhador que se aposenta com um salário mínimo, como é o caso da maioria dos aposentados pelo INSS (dois terços dos trabalhadores se aposentam com um salário mínimo e a média das aposentadorias do outro terço é de apenas dois salários mínimos).

Para Luiz Carlos Prates, o Mancha, da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, “Temer está dizendo que a reforma combate privilégios, o que é uma mentira deslavada. Nós temos de esclarecer aos trabalhadores que ela vai acabar com o direito à aposentadoria. Por isso, é tarefa de todas as centrais é se empenhar, de fato, para construir um verdadeiro dia de paralisações em todo o país. Com uma Greve Geral que pare o país. Assim, podemos enterrar de vez essa reforma que ameaça acabar com a aposentadoria”, concluiu.

“A Previdência é de interesse de toda a sociedade e dos trabalhadores, independente de categoria”, completou o secretário de organização da UGT, Chiquinho Pereira, ao anunciar que também os servidores públicos estão mobilizados para a greve.

Adilson Araújo, presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), também alertou sobre a manobra da Temer: “ele mente e segue retirando direitos consagrados do nosso povo. Essa reforma não tem outro objetivo senão privatizar o maior sistema de distribuição de renda do país e condenar nosso povo a um futuro de fome e miséria”.

Cobap: vamos usar toda nossa força para barrar essa “reforma”

A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) também se unirá à Greve Geral organizada pelas centrais. A entidade reúne 32 milhões de filiados e se organizará para a campanha de divulgação que acontece nesta semana.

Segundo Warley Martins, a Cobap está, atualmente, em “guerra contra a reforma da Previdência de Temer”. “É preciso usar tudo o que estiver ao nosso alcance. Não vamos dar trégua. É hora de pressionar os parlamentares, ficar atento, porque quem votar nessa reforma nunca mais se eleger, não vamos deixá-los esquecer disso. Vamos mobilizar todo mundo que estiver ao nosso alcance para essa Greve Geral, que é o que o Brasil precisa”.

Analisada por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a



Warley, pres. da Cobap

reforma precisa passar por duas votações no plenário da Câmara e ter votos de pelo menos 308 dos 513 deputados para ser aprovada. Até o momento, mesmo com a compra de votos rolando solta, com emendas a parlamentares e outras benesses, o governo tem tido dificuldade de garantir os votos necessários.

Cristiane Mattos

Dianteira de candidato da oposição é esperança de mudanças em Honduras

O candidato opositorista, Salvador Nasralla, saiu na dianteira no cômputo dos votos nas eleições presidenciais de domingo. À frente da Aliança Contra a Ditadura, Nasralla, que recebeu o apoio de Manuel Zelaya, cujo governo foi interrompido por um golpe com envolvimento do governo norte-americano. A época, o então presidente da Assembleia Geral da ONU, o nicaragüense Miguel D’Escoto, advertiu para esta intervenção e o perigo disso para os países latino-americanos.

Zelaya, na presidência, a partir de 2006, contestava os montantes cobrados por fundos detentores de títulos hondurenhos, aumentou o salário mínimo em 11%, em 2007 e 60% em 2008. Buscou aproximação com os governos de Daniel Ortega (Nicarágua) e Hugo Chávez (Venezuela). Também apoiou a entrada de seu país na ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América) e fez gestões para que o afastamento de Cuba da OEA fosse revogado.

Em 2009, houve o golpe que o afastou do poder. Zelaya resistiu ao golpe, refugiado na embaixada brasileira que ficou sob cerco, até concordar em sair com um salvo-conduto para se instalar na República Dominicana na qualidade de Hóspede Distinto.

Até o fechamento desta edição, o candidato opositorista estava com 5% a mais do que o segundo colocado, Juan Orlando Hernandez, candidato do continuísmo, computadas 58% das mesas coletoras de votos.

Argentina: solidariedade na busca a submarino reúne naves de diversos países

"Infelizmente ainda não temos a localização ou detecção do submarino San Juan", informou dia 27, em Buenos Aires, o porta-voz da Marinha argentina, capitão Enrique Balbi. A busca do "ARA San Juan", perdido no Atlântico Sul, continuava com o rastreamento realizado por coalizão internacional em ambiente "extremo e adverso".

A busca se concentra em um raio de 36 quilômetros dentro da área geral de rastreamento a cerca de 450 quilômetros da costa da Patagônia. Balbi assinalou que o navio "Skandi Patagônia" mapeava o fundo do mar com a ajuda de outros cinco barcos de diferentes nacionalidades.

As condições meteorológicas eram "regulares" na segunda, mas poderiam se complicar com o passar das horas, segundo a Marinha. O tempo adverso tem dificultado as buscas.

Catorze países participam da operação. Um minissubmarino russo será levadorusso à área. Balbi anunciou a chegada do avião russo Antonov An-124, que transporta um grupo de especialistas e o aparelho não tripulado Pantera plus, capaz de operar a

uma profundidade máxima de mil metros e equipado com um sonar que escaneia o fundo do mar.

O almirante russo, Vladimir Valúev, almirante da Armada russa que lidera a equipe enviada por seu país, disse esperar "ter resultados positivos" na busca pelo submarino argentino. A capacidade de mergulho do "Pantera Plus" está no limite da profundidade do chamado talude, região de transição entre a plataforma continental e o leito oceânico, onde a Marinha argentina acredita que o San Juan possa estar.

Balbi destacou que o ARA San Juan estava realizando uma patrulha rotineira, e descartou que cumprisse uma missão secreta. Descartou ainda qualquer possibilidade de um suposto ataque.

A última comunicação do "ARA San Juan" ocorreu na quarta-feira, 15 de novembro, às 13h45 GMT (11h45 de Brasília). Havia tido um problema com as baterias.

O motivo do desaparecimento "pode ser uma explosão, um incêndio, ou uma repentina inundação", conjecturou o porta-voz da Armada.

Cubanos participam de eleições e escolhem representantes entre as 30 mil candidaturas colocadas

Mais de oito milhões de cubanos com mais de 16 anos (de uma população de 11,2 milhões) foram às urnas no domingo passado para eleger por voto direto e secreto 12.515 conselheiros, entre os cerca de 30.000 candidatos, que conduzirão à eleição do sucessor do presidente do Conselho de Estado, Raúl Castro em 2018.

Os candidatos são votados livremente em Assembleias Municipais do Poder Popular. Os conselheiros eleitos formam os governos municipais e proporão entre eles 50% dos candidatos para as assembleias provinciais e ao Parlamento, que elege o Conselho de Estado e seu presidente. Demais

50% são propostos por seis organizações sociais.

«Dos 27 221 candidatos indicados, 35,4% são mulheres e 19,4 jovens. Os candidatos predominantes têm níveis de educação secundária e superior. Os que trabalham nos setores da produção e serviços, bem como administrativos, são maioria, embora haja uma representação do setor não estatal", informou Alina Balseiro Gutiérrez, presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CEN).

Estas eleições são o primeiro passo do processo que termina em fevereiro com a eleição do substituto de Raúl, reeleito em 2013 para mandato de 5 anos.

Patagônia: manifestante mapuche é assassinado em ato por terras

No sábado (25), o jovem mapuche, Rafael Nahuel, foi assassinado durante uma reintegração de posse realizada pela polícia argentina na comunidade Lafken Winkul Mapu, localizada na Villa Masecardi, em Bariloche. A violenta ação repressiva deixou ainda dois feridos e desaparecidos.

O assassinato de Nahuel coincidiu com o velório de Santiago Maldonado, vítima da repressão contra manifestações de apoio à comunidade mapuche na província de Chubut, também na região patagônica do país. Santiago desapareceu dia 1º de agosto deste ano e foi encontrado morto no dia 18 de outubro.

"Mais que uma operação repressiva, foi uma caça racista", disse a advogada dos mapuches, Natalia Araya ao repudiar o fuzilamento

de Nahuel. A repressão brutal contra várias comunidades mapuches, e particularmente o assassinato do jovem Rafael, são produto da tentativa de impedir que os indígenas mantenham os pequenos espaços de terras, que lhes pertencem, na Patagônia, repartida entre latifundiários, sendo os maiores estrangeiros, denuncia Araya.

Dois dos maiores latifúndios são da multinacional Benetton em Chubut, com quase um milhão de hectares, com maioria de capitais britânicos e o também britânico Joe Lewis em Rio Negro, província onde se apoderou do Lago Escondido, patrimônio turístico dos povos patagônicos. Lewis é amigo de Macri, que costuma passar férias em sua casa.

SUSANA SANTOS

Repúdio a leilões de escravos toma ruas de capitais na África e Europa



Devastação da Líbia abriu espaço para proliferação de traficantes de escravos



No ato em Paris: “Parem com a escravidão e os campos de concentração na Líbia”

El chacina 305 em ataque terrorista a mesquita no Egito

Terroristas chacinaram pelo menos 305 pessoas, deixando centenas de feridos, na mesquita Al Rauda, localizada na pequena cidade de Bear al Abd, no norte da península do Sinai, no Egito, na sexta-feira (24).

O ataque comoveu o país, que entrou em luto nacional de três dias, entre o dia 25 e 27. Tratava-se de uma mesquita frequentada por praticantes sufistas. Como resposta, as Forças Armadas egípcias anunciaram diversos bombardeios contra posições terroristas. “Como parte da perseguição aos responsáveis por atacar os fiéis na mesquita, nossa aviação teve como alvo diversas posições terroristas, destruindo os

veículos que realizaram o ataque”, afirmou Tamer al Rifai, porta-voz das Forças Armadas.

Em comunicado, a União das Tribos do Sinai relataram que os terroristas invadiram a mesquita, e “fecharam as portas e mataram todos os que rezavam”. Não satisfeitos, “um grupo de terroristas se escondeu” e aguardou a chegada das ambulâncias para perpetrar um novo ataque e então fugir. O ataque ocorreu enquanto os fiéis saíam do templo, por diversas bombas caseiras instaladas no entorno da mesquita. Iniciadas as explosões, os terroristas deram início a diversos disparos contra os sufistas que tentavam fugir do local.

O presidente egípcio, Abdul Fatah al Sisi, afirmou, em

discurso transmitido pela televisão estatal, que tanto as Forças Armadas quanto a polícia estão trabalhando para fazer justiça e retomar a estabilidade do país. “Vamos responder a esse ato de forma vigorosa”.

A província do Sinai do Norte é conhecida, desde 2014, pela dweletéria atuação do Daesh (conhecido por Estado Islâmico), que entre suas características exibe um sectarismo extremo, desconsiderando qualquer manifestação religiosa que não a sua distorcida fé. Durante os últimos anos, sobretudo, desde dezembro do ano passado, o grupo terrorista foi responsável por diversos ataques contra o país.

“35 anos de predomínio neoliberal reduziu salários em 70%”

Denuncia Hector de la Cueva, diretor do Centro de Investigación Laboral e Asessoria Sindical (Cilas) do México

“O México está há 35 anos sob o domínio da direita neoliberal, o que representou um retrocesso enorme para os trabalhadores, especialmente nos salários que perderam mais de 70% do seu poder aquisitivo. Mais da metade da População Economicamente Ativa (PEA) está na informalidade e os que não estão vivem de forma cada vez mais precária, sem seguridade social, contratação coletiva ou sindicatos que os representem. Há uma perda crescente de direitos, uma redução nas aposentadorias e pensões, uma deterioração nas condições de trabalho e de vida”, denunciou o mexicano Hector de la Cueva, diretor do Centro de Investigación Laboral e Asessoria Sindical (Cilas), em visita ao Brasil.

O estudioso lembrou que a reforma trabalhista realizada em seu país no ano de 2012 “piorou a situação, porque facilitou para os patrões demitirem, degradando ainda mais a qualidade dos empregos”. Segundo Hector: é isso o que o governo de Michel Temer busca fazer no Brasil, “só que aqui ele está tentando tudo de uma só vez”.

“Oficialmente temos hoje no México 12% de sindicalizados, trabalhadores vinculados à economia formal. O problema é que destes 12%, mais de 70% são Sindicatos de Proteção Patronal, ou seja, sindicatos que não são sindicatos, pois têm muito pouco de contratação coletiva e sua única parte autêntica é a do retrocesso”, condenou.



Hector aponta malefícios do neoliberalismo

Ex-integrante da Coalizão Pró-Justiça nas Maquiladoras (CJM), Hector ressaltou que estas são “indústrias de exportação, fábricas criadas pelas transnacionais para montar e exportar diretamente para as suas matrizes nos Estados Unidos, no Canadá e na Coreia do Sul, explorando a mão de obra barata”. “Este fenômeno das maquilas cresceu muito nos anos 80 e se espalhou ainda mais com o Tratado de Livre Comércio (TLC) assinado com os EUA e o Canadá em 1994. Foi algo iniciado na fronteira norte, quando o governo deu grandes facilidades, terrenos e incentivos fiscais para o capital transnacional, que também se aproveitou das péssimas condições laborais e da não existência de sindicatos”, assinalou. Havia inicialmente 1,5 milhão de trabalhadores nestas maquiladoras, recordou, “mas logo, o que era um segmento se expandiu feito um câncer para o sul, o fenômeno da maquilização”.

“Este é o perigo de permitir o abrandamento de regras. A suposta exceção virou regra”, frisou.

Conforme o estudioso, o grande problema é que “mais de 95% dos componentes das maquiladoras são importados, não alimentam cadeias produtivas nem a indústria nacional, só empregos precários”. Estes “empregos” criados, apontou, “apenas contribuíram para deteriorar as condições laborais”.

Do ponto de vista econômico e da soberania, condenou Hector, “o governo ampliou a desnacionalização, que cresceu com as políticas neoliberais potencializadas pelo TLC”. “Houve uma onda de privatizações, que alcançou a 95% das estatais. Faltava o setor energético e os serviços públicos, que foram abertos para as transnacionais. Agora somos cada vez menos uma nação e cada vez mais um território de onde as maquiladoras importam e exportam a si mesmas”, concluiu.

As ruas centrais das capitais do Mali, e da Guiné, ficaram lotadas com manifestações pelo fim dos leilões. Paris e Estocolmo também foram palco de atos de repúdio

As notícias e imagens dos mercados de escravos que agora proliferam na Líbia geraram um repúdio que está se traduzindo em manifestações de protesto em diversos países africanos, a exemplo de Bamako, no Mali e Conakry, na Guiné, na Europa com protestos em Roma, Paris e Estocolmo e manifestação prevista para os próximos dias em Londres, medidas e declarações de governos africanos e de organismos da ONU, além da secretaria-geral. Na manifestação em Paris, cartazes exigindo o fim dos campos de concentração (de migrantes pegos na tentativa de chegar à Europa atravessando a Líbia ou o Mediterrâneo) e dos mercados escravos.

Na Suécia, imigrantes vindos da África levaram cartazes declarando: “Não somos escravos, não estamos à venda”, a eles se juntaram suecos convocados pela organização Congresso de Todos os Progressistas, exigindo “o fim da escravidão”. O líder Ayoola Lawal expressando solidariedade aos “irmãos e irmãs africanos submetidos a uma condição ultrajante que se constitui em crime contra a humanidade”.

INTERVENÇÃO

A Líbia foi atacada por forças armadas europeias a serviço da decisão norte-americana de depor o líder líbio, Muammar Kaddafi. A destituição e assassinato de Kaddafi tornaram o país mais próspero do continente africano em terra sem lei com porções divididas por bandos que disputam o poder para servirem de títeres a administrar a usurpação do petróleo do país pelos EUA e antigas potências coloniais europeias. Depois da violenta agressão, os chefes da Inglaterra (David Cameron) e França (Nicolás Sarkozy) desceram na cidade líbia de Benghazi, para saudar os “rebeldes” fomentados por seus governos junto com o dos EUA, que haviam “derrubado um ditador e escolhido a liberdade”. Já a secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton chegou a ir a Trípoli para pedir a cabeça do líder líbio.

Gesto que, como diz o articulista John Wight,

em matéria publicada no portal Sputnik, “só revela a obsessão pela pilhagem e por manter a hegemonia sobre uma região que está no topo de um oceano de petróleo e isto independente do custo humano e legado pelo de desastre e caos que esta obsessão pode desencadear”.

O presidente da Nigéria, Mouhamadou Iussoufou, pediu uma investigação internacional sobre os mercados de escravos; o presidente de Burkina Faso chamou o embaixador líbio para pedido de esclarecimentos sobre a tragédia. A Costa do Marfim conseguiu repatriar 155 refugiados do país, que segundo as autoridades locais, chegaram em “condições deploráveis”.

O presidente de Ruanda, Paul Kagame, declarou que o país está disposto a receber os “30 mil refugiados africanos sujeitos a abusos desumanos na Líbia”. Ele apelou para todos os líderes africanos que “enfrentem esta desgraça e que ajam para levar os perpetradores aos tribunais”.

AGRAVAMENTO

A venda de migrantes em mercados escravos se agravou depois que a União Europeia começou a financiar o bando que governa a região norte da Líbia para que se equipasse e assumisse o combate aos donos de barcos clandestinos que saem da região para a travessia do Mediterrâneo. A medida diminuiu o fluxo da imigração por esta via, mas os detidos vão parar em campos de concentração precários no norte da Líbia. Os que ganhavam dinheiro com o transporte de africanos para a Europa, particularmente a Itália, passaram a ver no comércio de escravos uma alternativa de lucro.

De acordo com a subsidiária da ONU, Organização Internacional para as Migrações, com todos os obstáculos, mais de 160 mil conseguiram cruzar o Mediterrâneo este ano. Centenas de milhares ainda almejam fazê-lo, diante do empobrecimento que a pilhagem da África provoca. Cerca de 3.000 morreram afogados no mar somente este ano, ao tentarem fazer a travessia em barcos superlotados, precários e inseguros.

NATHANIEL BRAIA

Chefe do golpe que destituiu Mugabe diz que vai compensar os antigos usurpadores de terras

Logo após a destituição do líder do Zimbábue, Robert Mugabe, tomou posse o chefe da articulação golpista, Emmerson Mnangagwa, que no seu pronunciamento de posse se apressou a assegurar que o governo do país recompensará os elementos brancos de origem britânica responsáveis pela colonização e instalação do apartheid na antiga Rodésia do Sul.

Durante o governo de Mugabe, em 2000, atendendo a manifestações populares foram devolvidas terras usurpadas aos seus donos historicamente legítimos. Após realizar a mais ampla reforma agrária africana, o Zimbábue foi alvo de bloqueio e sanções econômicas.

Agora, Manangagwa diz que vai se aproximar do FMI, e que, além de afirmar que vai pagar tributo aos colonizadores, quer “atrair o investimento estrangeiro”. Disse que “no Zimbábue todos os inves-

timentos estrangeiros estão seguros”, numa referência indireta às intenções de Mugabe de nacionalizar as empresas e minas de diamantes, ouro e outras pedras preciosas do país, o quarto maior produtor de diamantes do mundo.

Em troca desse moneios e agrados, que chamou de “novo começo”, pediu que fossem levantadas as sanções ao país.

Revelando uma hipocrisia – seguramente de acordo com seu apelido de crocodilo - ao tempo em que assumia, negando as conquistas e iniciativas de Mugabe, o aclamava como “pai fundador da nação”. E foi mais além: “Para mim, pessoalmente, ele é um mentor, pai, camarada em armas e meu líder”. Para quem lhe deu um golpe...

Também foi instituído o dia de nascimento de Mugabe, o 21 de fevereiro como feriado nacional.

Favelas voltam a proliferar na França, inclusive em Paris

Em 1968 a França tinha 255 favelas que foram reduzidas com política habitacional e zerou em 1982. Com a adoção do receituário neoliberal, as favelas voltaram a proliferar e atualmente já existem 571 em todo território francês, com destaque para as favelas localizadas em Paris.

Nos limites da capital localiza-se uma dessas favelas, no terreno da Boulevard Ney, onde 300 pessoas se instalaram em uma linha abandonada de trem, perto do anel viário Boulevard Périphérique. Entre os barracos de madeira, as vielas estão cheias de lixo e há ratazanas por todos os lados, e em meio a tudo isso as crianças tentam brincar. Embora as autoridades digam que todas frequentam a escola, uma reportagem publicada pelo El País flagrou diversas crianças na rua durante horário de aula.

Entre elas, uma menina de 11 anos, com espanhol perfeito, explica que na época em que morava em Madri ela conseguia frequentar a escola, o que não ocorre desde que chegou em Paris. Duas gêmeas um pouco mais novas, que também brincavam com as crianças, tampouco frequentam a escola. Em outro barraco próximo dali é possível ver um casal cuidando do seu bebê, enquanto dois outros homens brigam aos gritos e um terceiro tenta apartar a confusão. É um cenário caótico.

A favela de Boulevard Ney é apenas uma entre as centenas de favelas que se multiplicam pelo país, que vê a pobreza crescendo ao passo que mais casas e terrenos são ocupados, conforme relata a Delegação Interministerial para o Acesso à Moradia. Segundo a organização, essas favelas abrigam pelo menos 16 mil pessoas, das quais, 30% são jovens e crianças.

Também se tornou comum ver-se desabrigados em barracas de camping ou mesmo em carros, a exemplo de uma área no município de Aubervilliers, onde se reúnem pessoas que abandonaram as favelas e muitas outras que não encontraram lugar melhor para viver.

O problemas das favelas ressurgiu no país na década passada, porém, segundo o escritor Julien Damon, autor de “Um mundo de favelas - migrações e urbanismo informal”, afirma que há duas categorias de favelas no país. Uma delas corresponde as favelas ocupadas por refugiados, a exemplo de Calais, que chegou a abrigar 7 mil imigrantes antes de ser desmantelada pelo governo. A outra corresponde às favelas habitadas por cidadãos europeus.



Parte da favela Boulevard Ney em Paris

Putin exorta empresas russas de defesa a produzir em ritmo de operação de guerra se necessário

O presidente russo, Vladimir Putin, convocou as principais empresas russas, tanto estatais quanto privadas, a se colocarem de prontidão frente à necessidade de uma rápida transição para operações de guerra, acrescentando que trata-se de questão crucial para a segurança nacional.

A declaração foi feita na quarta-feira (22), durante uma conferência realizada com altos funcionários do Ministério da Defesa em conjunto com dirigentes das principais empresas de defesa.

“Gostaria de salientar que a capacidade de uma economia aumentar rapidamente sua produção de bens e serviços de defesa, quando necessário, é uma das condições mais importantes para sua segurança militar. Todas as empresas estratégicas bem como nossas maiores empresas devem estar preparadas para isso”, afirmou Putin.

O líder russo acrescentou que já discutiu o problema com altos funcionários da defesa do país durante os anos de 2015 e 2016. Na ocasião, foi feito o balanço dos problemas e gargalos a serem superados na época, bem como foram avaliados os problemas resolvidos nos anos anteriores.

Também foram avaliados os exercícios

militares Zapad 2017, realizados conjuntamente pelas forças armadas da Rússia e Bielorrússia no mês de setembro. Na ocasião, a Rússia enviou cerca de 3 mil soldados para treinamentos no país vizinho, juntamente com 7.000 soldados bielorrussos. Em contrapartida, a Rússia recebeu tropas bielorrussas em três bases militares.

Os treinamentos conjuntos contaram com cerca de 13 mil soldados, cerca de 70 aeronaves, 680 veículos blindados - incluindo 250 tanques, 200 armas de artilharia - e 10 navios de guerra por parte dos dois países.

OPAQ

Em sua saudação aos delegados da 22ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), o presidente Putin destacou que os povos do mundo precisam avançar na construção de novas relações. “Pedimos aos países que possuem armas químicas que sigam nosso exemplo e façam todos os esforços para concluir em breve a eliminação de suas reservas remanescentes”, frisou. O último lote desse tipo de arma da Rússia foi destruído no dia 27 de setembro.

Congresso dos EUA sob pressão para revogar lei ‘livra-assediador’



Acusados de assédio sexual, a partir da esquerda: deputado John Conyers; senador Al Franken; ex-presidente Bush e Roy Moore, candidato a senador

Trump quer revogar a neutralidade da internet e seu status de utilidade pública

Em mais uma medida para promover a monopolização e a censura na internet, o governo Trump acaba de anunciar seu plano para revogar a “neutralidade da rede” e o status de serviço de utilidade pública, que se baseia em lei do governo Roosevelt e endossado em 2015 por Obama. O que liberará as operadoras como a AT&T, Verizon e Comcast para escalam os preços à vontade e bloquearem o que quiserem.

A decisão poderá ser oficializada no próximo dia 14 de dezembro, em reunião da Comissão Federal de Comunicações (FCC, na sigla em inglês). O plano, cingamente apontado como “Restaurando a Liberdade na Internet”, foi apresentado na semana passada pelo presidente da FCC, Ajit Pai.

A “neutralidade da rede” significa que todo o conteúdo na internet é tratado de forma igual, de modo que os provedores não podem ajustar ou priorizar o tipo de dados ou o conteúdo, com base em considerações comerciais. Em vigor nos EUA desde junho de 2015, a “neutralidade” proibiu provedores de bloquear ou reduzir a entrega de sites para clientes ou cobrar taxas diferentes pela qualidade do conteúdo de dados de alto volume, como o streaming de vídeo.

A alegação do governo Trump para favorecer os trustes das telecomunicações em detrimento dos consumidores é de que a classificação como “serviço de utilidade pública” é resquício da era da telefonia fixa e que agora se trata de abolir qualquer regulamentação governamental da infraestrutura privada de internet nos EUA.

Ajit Pai alega que a regulamentação sufoca “investimentos e inovações” na infraestrutura da internet, mas na verdade são as operadoras que estão jogando tudo o que podem para reverter o que consideram o favorecimento dos gigantes do conteúdo Google, Amazon, Netflix e Facebook/



Washington: Ato público em defesa da internet livre

Whatsapp, em prejuízo das grandes operadoras de telecomunicações que consideram que vêm estagnando e perdendo valor no cassino de Wall Street.

Ao mesmo tempo, as operadoras estão entrando no negócio do conteúdo, desenvolvendo sua própria programação ou adquirindo organizações de mídia. Caso da AT&T com a Time Warner e da Comcast com a NBCUniversal.

É enorme a oposição pública ao fim da “neutralidade da rede”, com a imensa maioria de 22 milhões da consulta no site da FCC se opondo à revogação. A internet não é um luxo, mas uma necessidade vital que deve ser garantida a todos como um serviço de utilidade pública.

O poder que está sendo entregue a essas corporações é escandaloso. As quatro maiores operadoras de telecomunicações controlam mais de 75% do serviço de internet de alta velocidade nos EUA. Mais da metade das famílias norte-americanas só tem acesso a uma operadora, e a maioria das demais no máximo pode optar entre duas operadoras.

Em certa medida, Google, Amazon e Facebook irão se opor ao ataque à neutralidade de rede, mas será uma oposição meia-boca, como

já visto no caso da censura à RT, do endosso da fábula da “ingerência russa” e da mudança de algoritmo para bloquear sites progressistas.

Ao destruir a maioria da regulamentação governamental sobre os gigantes da internet, estes poderão usar seu poder de monopólio para aumentar à vontade os preços aos consumidores. O que ameaça relegar a maioria das pessoas a uma Internet lenta e amplamente censurada, enquanto a capacidade de comunicar informações livremente ficará reservada para quem puder pagar taxas premium exorbitantes.

Pequenas empresas e a sites e serviços suportados pelos usuários, não terão recursos financeiros para competir com o tecnologia e gigantes da mídia e poderão ser expulsos do mercado.

Mas não se trata apenas da busca de mais lucros e sobrepreços. Na situação de desigualdade social cada vez maior, ameaça incessante de guerra e com três bilionários detendo a mesma riqueza que metade da população dos EUA, o acesso público a fontes de informação progressistas é visto como uma ameaça intolerável. É por isso que as comunicações por internet são tratadas não como um direito de todos, mas como um privilégio, só garantido a quem pode pagar. A.P.

Bolívia realizará eleição para o Judiciário

O ministro da Presidência da Bolívia, René Martínez Callahuanca, afirmou que “para aprofundar a democracia”, o país andino não participará no próximo domingo de um processo eleitoral diferente, em que não se elegerão autoridades políticas, mas judiciais. “A campanha da direita pelo voto nulo anula a vontade soberana do povo e acarreta o perigo da persistência dos males crônicos de uma justiça que necessita de uma cirurgia de emergência”, denunciou.

Conforme Callahuanca, o processo se viu contaminado com a guerra suja movida por políticos reacionários que se sucederam no poder durante o período neoliberal e se beneficiaram com o

“fatiamento de cargos” do denominado “poder judiciário”. Agora, condenou, promovem o voto nulo na tentativa desesperada de evitar a renovação das estruturas. Naquele tempo, recordou o ministro, “havia uma cumplicidade aberta da embaixada dos Estados Unidos”, “uma ingerência descarada” para indicar pessoas que iriam lhes servir em altos cargos públicos. Exemplo disso, mostrou a manchete de um jornal de Santa Cruz, de 4 de dezembro de 2004, em que estampava que “Assessor da Embaixada dos EUA pretende ser procurador-geral”.

A Coordenadora Nacional pela Mudança (Conalcam), que reúne os princi-

pais movimentos sociais bolivianos, destacou a relevância da população exercer seu direito ao voto nas eleições em que serão escolhidas as autoridades que ocuparão os mais altos cargos do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional Plurinacional, do Conselho da Magistratura e do Tribunal Agroambiental.

Conforme a Conalcam, a decisão está em consonância com as expectativas dos bolivianos, que “exigiram, com urgência, a profunda transformação da justiça por considerá-la injusta, burocrática e corrupta”, razão pela qual se realizará uma eleição de postulantes a juízes e magistrados com “um sistema combinado por qualificação de méritos”.

Lei de 1995, aprovada durante o governo de Bill Clinton, garante a deputados e senadores sigilo de parte da funcionária vítima de assédio sexual e a conta ainda é paga pelo contribuinte

Em meio às acusações e contra-acusações entre deputados e senadores norte-americanos sobre quem são os “assediadores sexuais”, eis que o New York Times informa que o Congresso dos EUA está “sob crescente pressão” para revogar lei aprovada em 1995 que força a “confidencialidade” se a vítima for funcionária (o) parlamentar. (Ao ser contratada, a futura vítima tem de assinar se comprometendo a manter sigilo!!!)

Em suma, impunidade para os assediadores com mandato. No momento, são três os acusados de assédio sexual: o senador democrata Al Franken, o octagenário deputado democrata John Conyers e o candidato republicano ao Senado pelo Alabama, Roy Moore, que na verdade foi quem abriu a fila, ao vir a público, nas páginas do Washington Post, suas investidas sobre mulheres quatro décadas atrás, uma delas então com 14 anos.

Abandonado por todos, menos por Trump e os supremacistas brancos, Moore se recusou a renunciar à candidatura, mesmo pondo em risco o controle republicano sobre o Senado.

A mídia ligada aos republicanos revidou com a ficha dos democratas, e a coisa atingiu a dimensão que se vê agora. Assim, insuflada por vários lados e diferentes razões, a campanha contra os assediadores viralizou no hashtag #MeToo [EuTambém].

Não deve ser por coincidência que a famigerada lei é de 1995 – era o governo de Bill Clinton, que no quesito assédio sexual é hors concours sob todos os tipos de investigação, o que se tornou absolutamente notório no Ovalgate com a estagiária Mônica Lewinsky.

CLINTON E TRUMP

Na verdade, a questão dos assediadores voltou à luz durante a campanha eleitoral de 2016, quando foi divulgada a gravação – de dez anos atrás – em que o então candidato republicano Donald Trump se gabava nos bastidores de uma entrevista de que sua fama o permitia apalpar as mulheres.

Quem teve a ideia de desencavar esse esqueleto possivelmente não se deu conta de que quem tem Bill Clinton como marido não pode acusar ninguém de predador (Clinton escapou do impeachment bombardeando a Iugoslávia durante 78 dias). Aí estão os novos vazamentos sobre a bandalheira no Air Force One de Bill para quem ainda tem dúvida.

Denúncias contra o big boss de Hollywood Harvey Weinstein puseram mais gasolina nessa fogueira que arde há tanto tempo nos EUA. Weinstein não inventou o teste do sofá, mas levou a novas baixezas a desfaçatez – e todo mundo sabia disso. Depois o alvo foi o ator Kevin Spacey, o que causou o cancelamento da série que estrelava, e enorme sucesso, House of Cards. No caso, Spacey foi acusado de molestar há 30 anos um garoto de 14 anos, hoje um jovem ator.

Em outro caso, um deputado estadual republicano de Ohio, Wes Goodman, que se apresentava como o “campeão da família e líder da cruzada anti-gay”, deci-

diu renunciar este mês ao mandato após ser flagrado em seu gabinete traindo a mulher com outro homem, não identificado.

A onda de denúncias também cruzou o Atlântico e derrubou na Inglaterra o ministro da Defesa do governo May, Michael Fallon, após uma jornalista relatar que, dez anos antes, durante uma entrevista quando era deputado, este havia colocado indevidamente a mão sobre seu joelho.

Quando da exoneração, a própria jornalista considerou de que talvez fosse demasiado dez anos depois para uma mão no joelho, mas o porta-voz do ministro esclareceu que este não estava certo de que não haveria outros episódios análogos.

Mas, quanto à Inglaterra, o mais grave, nesse terreno, é a espessa cortina de silêncio sobre o círculo de pedófilos de Downing Street 10, encabeçado na década de 1980 pelo então primeiro-ministro conservador, Edward Heath. Recentemente, investigações descobriram como nomes de proa da BBC haviam no passado assediado órfãos.

SILÊNCIO FORÇADO

Um grupo bipartidário de deputados, liderado pela deputada democrata da Califórnia, Jackie Speier, e a republicana da Virgínia, Barbara Comstock, está pressionando por uma legislação que exigirá que as denúncias sejam tratadas em público. Lei semelhante está sendo proposta no Senado pela democrata Kirsten Gillibrand, de Nova Iorque.

Spier revelou ter sofrido, ainda como funcionária do Congresso, assédio por parte de um superior no escritório de um representante de seu partido na Câmara dos Representantes. “Esse é um problema em nível nacional, e o Congresso não está imune a isso”, afirmou Speier.

Revela o NYT que os acordos - que ficavam sigilosos sob a lei de 1995 - entre as funcionárias e os congressistas assediadores eram pagos com dinheiro do contribuinte. Ainda segundo o jornal, a Câmara de representantes deverá adotar esta semana uma resolução bipartidária que determina que todos os deputados e seus funcionários “participem de treinamento anti-assédio e antidiscriminação”. Fala sério: o parlamentar faz que apalpa e o funcionário/a diz ‘olha que eu grito’?

Em um momento em que a luta pelo poder em Washington – expressão da decadência em curso do império - desandou pelo caminho da caça às bruxas e macartismo 2.0, não chega a surpreender que as diversas facções assumam a “defesa da moralidade” como parte desse jogo vicioso. Como grande parte dos casos relatados aconteceu há décadas, são de difícil comprovação e pode ocorrer sequer haver como corroborar ou refutar alegações.

O que não acontece no caso dos “acordos” no Congresso. “Foi um sistema criado em 1995 para proteger o assediador”, afirmou a deputada Speier no programa da ABC “This Week”. Conforme o diário novaiorquino, “a tarefa mais difícil será a aprovação de lei que reveja a forma como os casos de assédio sexual são tratados”.

ANTONIO PIMENTA

Getúlio: “saneamento moral do país, extirpando os agentes da corrupção”



Não houve, durante todo o processo que conduziu à Revolução de 30, móvel maior das forças políticas, que se levantavam contra o status quo da República Velha, do que a necessidade de varrer a podridão que tomara a casta política da oligarquia.

Como diz o manifesto da Revolução de 5 de julho de 1924:

“Éstes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica na alta administração, de concessão em concessão, de acordos em acordos, vêm arruinando paulatinamente as suas [do país] forças vitais, aniquilando -o interna e externamente.”

Da mesma forma, o manifesto do capitão Luiz Carlos Prestes, em Santo Ângelo, no dia 29 de outubro do mesmo ano:

“Todo o Brasil, de norte a sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitória dos revolucionários, porque eles lutam por amor do Brasil, porque eles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque eles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil”.

O manifesto da Coluna, assinado em Porto Nacional por Miguel Costa, Prestes e Juarez Távora, a 19 de outubro de 1925, vai no mesmo sentido, ao falar dos princípios “consagrados pela nossa Constituição - hoje espezinhada por um sindicato de políticos sem escrúpulos, que se apoderaram dos destinos do país, para malbaratar a sua fortuna, ensanguentar o seu território e vilipendiar o melhor de suas tradições”.

Aliás, é Prestes, então o principal líder tenentista, que popularizou, em sua entrevista ao jornal carioca “A Esquerda” (ed. 09/04/1928), concedida em *Paso de los Libres*, na Argentina, a palavra de ordem pela regeneração dos costumes políticos. Diz ele: “Prevejo o inevitável triunfo da campanha para a regeneração dos costumes políticos, pacífica ou revolucionariamente”.

Porém, é Getúlio Vargas quem, na campanha eleitoral de 1930 – e, depois, no decorrer da própria Revolução – levaria mais longe a formulação do problema (e, naturalmente, a solução prática dele).

Assim, diz a sua plataforma na campanha à Presidência:

“Apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão de conjunto, são, realmente, as classes populares, sem ligações oficiais, as que sentem com mais nitidez, em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do País sobre as suas condições de vida, a necessidade de modificação dos processos políticos e administrativos. Vivemos num regime de insinceridade; o que se diz e apregoa não é o que se pensa e pratica. (...) Burlam-se, pela falta de garantia, os mais comezinhos direitos assegurados na Constituição. A campanha de reação liberal — não é demais insistir — exprime uma generalizada e vigorosa tentativa de renovação dos costumes políticos e de restauração das práticas da democracia, dentro da ordem e do regime.”

Logo após a Revolução, a dois de janeiro de 1931, falando às Forças Armadas, Getúlio diz: “O programa da Revolução reflete o espírito que a inspirou

e traça o caminho, para o ressurgimento do Brasil: institui o aumento da produção nacional (...); estabelece a organização do trabalho deixada ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibarismo dos políticos gozadores; impõe a invulnerabilidade da justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regime representativo com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda, a representação por classes em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como máquina, aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor; restitui ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela educação e restabelece, finalmente, o pleno gozo das liberdades públicas e privadas sob a égide da lei e a garantia da justiça.”

E, ele completa:

“Para isso conseguir, cumpre, previamente assear o terreno inchado de vegetações daninhas, punindo os negociastas sem escrúpulos, por vezes traficantes da honra nacional, de modo que, quando o país voltar à normalidade da sua vida legal, com a confiança restabelecida entre governantes e governados o crédito refeito e o povo feliz, não possa mais ressurgir, reconstituindo-se, o estado de opróbrio que vem de ser demolido.”

Porém, é no discurso de posse, a três de novembro de 1930, que essa questão fica mais clara: depois da Anistia, o saneamento moral do país é o primeiro ponto do programa que Getúlio anuncia à Nação.

Por isso, neste momento da vida nacional, escolhemos esse pronunciamento para hoje republicá-lo (já o havíamos publicado em nossa edição de 11/08/2010 – portanto, há sete anos - porém ressaltando outros ângulos políticos).

É uma característica intrínseca dos governos e regimes antinacionais e antipopulares – portanto, antidemocráticos - o apodrecimento e afundamento na corrupção. Foi assim na República Velha, na ditadura de 64, nos governos Collor e Fernando Henrique, assim como foi nos governos Dilma e Temer – e não foi por acaso, mas pela debilidade de suas raízes nacionais, estabelecidas por suas próprias escolhas, que Lula acabou nessa panela malcheirosa, inclusive como um de seus melancólicos paladinos.

Ao contrário, Getúlio, Jan- go, e também Juscelino, tão caluniados pelo entreguismo lacerdistas, mais de meio século depois, permanecem como os governantes honrados que foram. Quem foi capaz, em mais de 50 anos, de encontrar alguma jaça na conduta moral e no caráter desses grandes homens?

C.L.



GETÚLIO VARGAS

Getúlio em campanha eleitoral em 1930

O movimento revolucionário, iniciado, vitoriosamente, a 3 de outubro, no Sul, Centro e Norte do País, e triunfante a 24, nesta Capital, foi a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência

como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.

No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.

O Rio Grande do Sul, ao transpor as suas fronteiras, rumo a Itararé, já trazia consigo mais da metade do nosso glorioso Exército. Por toda parte, como, mais tarde, na Capital da República, a alma popular confraternizava com os representantes das classes armadas, em admirável unidade de sentimentos e aspirações. Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional.

Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da Revolução brasileira.

Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava, virtualmente, triunfante em todo o País. A Nação, em armas, acorria de todos os pontos do território pátrio. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do Norte, do Centro e do Sul bateriam às portas da Capital da República.

Não seria difícil prever o desfecho dessa marcha inevitável. A aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante.

Mas, era bem possível que o Governo, já em agonia, apegado às posições e teimando em manter uma autoridade inexistente de fato, tentasse sacrificar, nas chamas da luta fratricida, seus escassos e derradeiros amigos.

Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e, com os vossos valorosos auxiliares, desfechas-

tes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça.

Os resultados benéficos dessa atitude constituem legítima credencial dos vossos sentimentos cívicos: integrastes definitivamente o restante das classes armadas na causa da Revolução; poupastes à Pátria sacrifícios maiores de vidas e recursos materiais, e resguardastes esta maravilhosa Capital de danos incalculáveis.

Justo é proclamar, entretanto, senhores da Junta Governativa, que não foram somente esses os motivos que assim vos levaram a proceder. Preponderava sobre eles o impulso superior do vosso pensamento, já irmanado ao da Revolução. Era vossa também a convicção de que só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça - abater a hipocrisia, a farsa e o embuste. E, finalmente, era vossa também a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos, por outro, de realidade e confiança.

Passado, agora, o momento das legítimas expansões pela vitória alcançada, precisamos refletir maduramente sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar.

Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro; para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada.

Ela é de iniludível responsabilidade.

Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violências desnecessárias, mas sem contemplações de qualquer espécie.

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas contemporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades - verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho - não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que têm de ser combatidos tenazmente.

No terreno financeiro e econômico há toda uma ordem de

providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal.

Resumindo as ideias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade:

- 1) concessão de anistia;
- 2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária;
- 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico -profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas;
- 4) instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente das ideias novas;
- 5) nomeação de comissões de sindicâncias, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos;
- 6) remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional;
- 7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto;
- 8) reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases;
- 9) feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do Governo central;
- 10) consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigente, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes;
- 11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias - único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais;
- 12) reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho, atualmente, rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do

problema agrícola brasileiro;

13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis;

14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do País e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando;

15) instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural;

16) promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade;

17) organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o País, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

Como vedes, temos vasto campo de ação, cujo perímetro pode, ainda, alargar-se em mais de um sentido, se nos for permitido desenvolver o máximo de nossas atividades.

Mas, para que tal aconteça, para que tudo isso se realize, torna-se indispensável, antes de mais nada, trabalhar com fé, ânimo decidido e dedicação.

Quanto aos motivos que atiraram o povo brasileiro à Revolução, supérfluo seria analisá-los, depois de, tão exata e brilhantemente, tê-lo feito, em nome da Junta Governativa, o Sr. General Tasso Fragoso, homem de pensamento e de ação e que, a par de sua cultura e superioridade moral, pode invocar o honroso título de discípulo do grande Benjamin Constant.

Através da palavra do ilustre militar, apreende-se a mesma impressão panorâmica dos acontecimentos, que vos desenhei, já, a largos traços: a Revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado.

Senhores da Junta Governativa: Assumo, provisoriamente, o Governo da República, como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à Nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria.